



ENERGIA

Confaz cria incertezas às vésperas de 1º leilão de eólica (Folha de SP) 14/12/09.....	3
Governo quer tirar dos Estados o controle das reservas de água (Folha de SP) 14/12/09.....	3
Fusão de petroquímicas pode naufragar (Folha de SP) 14/12/09.....	4
Ciclone deixa cidades gaúchas sem energia no final de semana (Folha de SP) 14/12/09.....	5
Direito ao silêncio (Folha de SP) 14/12/09.....	5
Países ricos tentam inverter papéis no financiamento do clima, diz Dilma (O Estado de SP) 14/12/09	6
Mudança põe em risco leilão de energia eólica (O Estado de SP) 14/12/09	7
Medidas farão Brasil crescer de forma sustentável, diz Lula (Estadão Onlin 08:20h) 14/12/09.....	8
Falta de garantias (O Estado de SP) 14/12/09	9
Indicadores apontam produção e consumo em alta (Valor Econômico) 14/12/09.....	10
Venda da Alstom (Valor Econômico) 14/12/09.....	10
ETH e Breco mais perto de fechar união das operações (Valor Econômico) 14/12/09.....	10
Empresas se adaptam à era anticarbono (Valor Econômico) 14/12/09.....	11
Sucessão de Gabrielli na Petrobras preocupa mercado (Valor Econômico) 14/12/09.....	12
Brasil quer construir pequena usina no Haiti (Valor Econômico) 14/12/09.....	13
Empresas de energia eólica criticam redução do prazo de isenção do ICMS (Valor Econômico) 14/12/09.....	14
Estatual tem US\$ 3,5 bi para modernizar atuais usinas (Valor Econômico) 14/12/09	15
Leilão de energia nova (Valor Econômico) 14/12/09	15
Indústria retoma planos para crescer (Valor Econômico) 14/12/09	15
Foco no planejamento (Valor Econômico) 14/12/09.....	16
Leilão de papéis da empresa gira R\$ 125,1 milhões (Valor Econômico) 14/12/09.....	18
Valorização cambial é a principal barreira ao novo ciclo de expansão (Valor Econômico) 14/12/09.....	18
Coomex pretende negociar até 400 MW em leilão de eólicas (CanalEnergia) 14/12/09	19
Valor de dívida cresce mais do que renda (Folha de SP) 13/12/09.....	19
Painel (Folha de SP) 13/12/09	20
Nanica, eólica tenta crescer com 1º leilão (Folha de SP) 13/12/09.....	21
País está 11 anos atrás da Índia, diz especialista (Folha de SP) 13/12/09.....	22
Compromisso com o futuro (O Estado de SP) 13/12/09	23
Brasil faz 1º leilão de energia eólica (O Estado de SP) 13/12/09.....	24
Usina eólica substitui térmica a óleo (O Estado de SP) 13/12/09	26
"Se ele é o Lobão Mau, não sou a Vovozinha" (O Estado de SP) 13/12/09	27
Receita para investir (O Estado de SP) 13/12/09	28
Jogo de empurra das agências (O Estado de SP) 13/12/09.....	29
Sarney empurra reforma do Senado para 2010 (O Estado de SP) 13/12/09	30
Chuva forte causa queda de energia e derruba árvores (Correio Popular) 13/12/09	31
Mercado Aberto (Folha de SP) 12/12/09	31
Inclusão cresce, mas maioria não tem acesso à internet (Folha de SP) 12/12/09.....	32
Eletrobrás estuda reabertura de bônus no exterior (Estadão Online 18:24h) 11/12/09	33
PLD mantém patamar mínimo pela 20ª semana seguida (CanalEnergia) 11/12/09.....	33
Abar propõe mudanças no PL das agências reguladoras (CanalEnergia) 11/12/09	34
Reservatório de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade (CanalEnergia) 11/12/09.....	34
RJ: cobrança de taxa de iluminação pública é aprovada na Câmara Municipal (CanalEnergia) 11/12/09.....	35

Assembléia Legislativa do Paraná aprova construção de PCH Cavernoso II (<i>CanalEnergia</i>) 11/12/09.....	35
Petrobras e Eletrosul recebem suplementação orçamentária de R\$ 1,821 bilhão (<i>CanalEnergia</i>) 11/12/09	35
Eletronorte abre chamada para projetos de P&D (<i>CanalEnergia</i>) 11/12/09.....	36
Programa Jovem Aprendiz do Sistema Eletrobrás recebe inscrições neste mês (<i>CanalEnergia</i>) 11/12/09.....	36
Alfredo Sobrinho é o novo diretor-presidente da Celesc-D (<i>CanalEnergia</i>) 11/12/09	36

SINDICAL

CUT Honduras denuncia golpistas (<i>CUT Nacional</i>) 12/12/09.....	37
Lançamento dia 19 em SP (<i>CUT Nacional</i>) 12/12/09	38
Plataforma para a Amazônia (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	38
Pelo direito a livre manifestação (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	40
Petrobrás (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09	41
Resultado da mobilização (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	42
Sindicato dos Bancários de Jundiaí (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	43
Denúncia (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	43
Lutas, avanços e conquistas em 2009 (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09	44
Bancários do ABC avaliam proposta orçamentária para 2010 (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	44
CUT e PT-SP promovem jantar em solidariedade à deputada Luiza Erundina (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	45
Trabalhadores metalúrgicos recuperam emprego no 3º trimestre (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09	45
Comissão de Igualdade Racial dos Metalúrgicos do ABC lança vídeo "Valeu, Zumbi!" (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09	46
Coletivo de Saúde da Contraf-CUT debate programa de reabilitação profissional (<i>CUT Nacional</i>) 11/12/09.....	47

Confaz cria incertezas às vésperas de 1º leilão de eólica (Folha de SP) 14/12/09

DA REPORTAGEM LOCAL

O primeiro leilão para contratação de energia eólica no Brasil, marcado para hoje, em São Paulo, está ameaçado de fracassar devido a uma decisão do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). O alerta foi feito ontem pela ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

O setor foi surpreendido por uma decisão tomada no fim da tarde da última sexta-feira pelo Confaz. O conselho anunciou a renovação apenas até 31 de janeiro do ano que vem do convênio 101/97, a partir do qual ficam isentas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) todas as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar. Há mais de uma década, o convênio era renovado sempre pelo prazo de um ano.

"Exatamente às vésperas do primeiro e mais importante leilão para contratação de energia eólica, o Confaz dá uma sinalização confusa e contraditória ao mercado", diz Pedro Perrelli, diretor-executivo da ABEEólica.

Caso o convênio não seja prorrogado, o setor terá de pagar, em média, 17% de ICMS sobre o investimento. "Isso inviabiliza a energia eólica nos preços atuais", afirmou Perrelli. O Confaz até poderá ratificar o convênio em janeiro, mas gerou uma dúvida que não existia até agora. Na quarta-feira, o governo federal já havia isentado os empreendedores do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na compra de aerogeradores.

Os empreendedores terão de decidir se desistem de fazer as ofertas ou se as mantêm com a expectativa de que o convênio seja renovado em janeiro. A expectativa era a contratação de mais de 2 GW de capacidade instalada. (AB)

Governo quer tirar dos Estados o controle das reservas de água (Folha de SP) 14/12/09

No centro da disputa estão a cobrança pelo uso da água e o domínio sobre o aquífero Guarani, uma das maiores reservas do mundo

Proposta no Congresso torna a União responsável por arrecadar recursos com uso da água sob o solo; custo ao consumidor pode subir

LEILA COIMBRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal quer mudar o domínio sobre as águas subterrâneas, hoje nas mãos dos Estados, para a União. No centro da discussão estão a cobrança pelo uso da água, que começa a engatinhar no país, e o controle do aquífero Guarani.

Considerado por especialistas uma das maiores reservas subterrâneas do mundo em volume de água, o aquífero Guarani tem uma área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados e capacidade para abastecer de forma sustentável 400 milhões de habitantes por 2.500 anos.

Pela legislação atual, toda cobrança pelo uso de águas subterrâneas cabe aos Estados, sem nenhum centavo para a União. Mas a PEC (proposta de emenda constitucional) nº 43, se aprovada, transfere a titularidade para a União.

Com a ampliação da cobrança, o consumidor desembolsará mais pelo direito à água potável, já que no país paga-se hoje pelo serviço de fornecimento da água, não pela água em si.

A PEC é do ano 2000 e esteve esquecida no Congresso Nacional nos últimos oito anos. Em junho deste ano, no entanto, ela foi redistribuída na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para a relatoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que já foi vice-líder do governo naquela Casa.

Segundo ele, para subsidiar o relatório, estão sendo feitas reuniões com a sociedade civil, os usuários das águas e o poder público, em especial os governos estaduais, que não querem abrir mão do seu poder de concessão e outorga sobre o bem. O relatório final, diz ele, será apresentado no início de 2010.

O presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, defende a gestão compartilhada dos aquíferos que abrangem mais de um Estado. Isso seria possível, diz ele, por meio de um pacto federativo no qual os Estados e a União gerenciariam em conjunto o uso dessas enormes reservas.

"O ideal seria que a União tivesse o domínio do aquífero Guarani, mas entendo também a preocupação dos Estados que não querem abrir mão desse bem. Do mesmo modo, entendemos que, para a ANA, seria muito difícil centralizar todas essas outorgas", disse o presidente da agência reguladora.

São Francisco

A cobrança pelo uso das águas no Brasil, sejam elas superficiais (como rios e lagos), sejam abaixo do solo, ainda é incipiente, mas já produz receita considerável. A União arrecada hoje R\$ 27 milhões ao ano com a cobrança pela utilização de apenas duas bacias: a do Paraíba do Sul, nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio, e a dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (SP e MG).

No segundo semestre de 2010, começará a ser feita a cobrança pelo uso das águas da bacia do São Francisco, o que incrementará a receita em outros R\$ 20 milhões anuais. A gestão desses recursos é feita pela ANA já que são bacias cujo domínio é do governo federal.

Mas os Estados também já cobram pelo uso de águas subterrâneas, e o preço do metro cúbico de aquíferos é de 10% a 15% maior que o dos rios. Isso porque as águas subterrâneas são mais difíceis de despoluir e são vistas pelo governo como reservas estratégicas e valiosas.

Patrick Thomas, gerente de cobrança pelo uso de recursos hídricos da ANA, diz que o pagamento é fixado por um comitê gestor formado pelo poder público, pelos usuários (companhias de saneamento e indústrias) e pela sociedade civil.

Atualmente, apenas os Estados de São Paulo e do Rio cobram pelo uso das águas subterrâneas, justamente nas regiões adjacentes às das bacias do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, onde a União também cobra pela utilização das águas superficiais. Com a aprovação da PEC nº 43, a União abocanharia as receitas das águas acima e abaixo da superfície do solo.

Receita potencial

A Folha apurou que o potencial de receita com o uso das águas subterrâneas é cinco a dez vezes maior que o das águas de rios. Algumas grandes cidades já são abastecidas por aquíferos abaixo do solo, em vez de rios. É o caso de Ribeirão Preto (SP), que é 100% dependente da reserva subterrânea Guarani. Lá, o consumo por habitante é de 400 litros por dia, o dobro da média nacional.

O aquífero Guarani é a "joia do tesouro", diz especialista na área e representante do governo que prefere não ser identificado. Ele abastece total ou parcialmente mais de 500 cidades. No interior paulista, a exploração desse aquífero já é essencial para o abastecimento de água de 65% das suas zonas urbanas, de acordo com a Sabesp.

Oficialmente estão registrados 7.000 poços no aquífero, mas pode haver mais, pois muitos são desconhecidos. Cerca de 71% do Guarani fica em território brasileiro; 19%, em solo argentino; o Paraguai detém 6% da reserva, e o Uruguai, 4%.

Fusão de petroquímicas pode naufragar (Folha de SP) 14/12/09

Alberto Geyer, um dos sócios da Quattor, negocia assumir controle da empresa e ameaça suspender megafusão com Braskem e Petroquisa

Acordo da Quattor com a subsidiária da Petrobras e o grupo Odebrecht formaria uma das maiores companhias petroquímicas do mundo

O presidente Lula e o empresário Emílio Odebrecht, da Braskem

AGNALDO BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

Alberto Geyer, dono de 24% das ações ordinárias da Vila Velha -holding controladora da Unipar e da petroquímica Quattor-, prepara um lance que pode mudar, nesta semana, o rumo de uma das maiores negociações do setor industrial no país: a fusão entre Braskem, Quattor e Petroquisa (braço petroquímico da Petrobras).

O empresário informou que fará uma oferta entre amanhã e quarta-feira para a compra das ações ordinárias sob o controle das quatro irmãs -uma delas, Cecília, mãe de Frank Geyer (sobrinho de Alberto), que é hoje presidente do conselho de administração da Quattor e principal negociador do grupo para a fusão. Caso assuma o controle, Alberto promete suspender toda a negociação.

A transação é endossada pelo governo Lula, por intermédio da estatal, e faz parte dos planos do grupo Odebrecht, controlador da Braskem, de formar uma empresa com vistas a ser uma das cinco maiores petroquímicas do planeta. A negociação em andamento prevê a formação de uma megapetroquímica nacional, que controlaria 100% da produção e da venda de resinas plásticas no Brasil, matéria-prima para uma infinidade de produtos de consumo (de copos plásticos a peças automotivas). O negócio, se levado a cabo, permitirá a fusão numa só empresa de todas as quatro centrais petroquímicas do país. Informações sobre o negócio indicam que a Braskem (maior petroquímica da América Latina) assumiria o papel de líder do negócio. A companhia controlaria os polos de Camaçari (BA), Rio de Janeiro, São Paulo e Triunfo (RS).

Alberto afirma que já dispõe dos recursos para a compra do controle da Unipar. "Está vindo uma proposta que será colocada na mesa dos controladores feita por mim", disse na última sexta-feira à Folha.

Ele não revelou a origem do grupo financeiro que lhe assegura o capital, tampouco o quanto está disposto a desembolsar para assumir a companhia. "Tudo será informado nos próximos dias", disse.

Segundo a Folha apurou, a ofensiva de Alberto pode funcionar. Há uma divisão na família Geyer, que trava luta interna pelo controle da Vila Velha desde a morte do fundador, Paulo Geyer.

Parte das irmãs de Alberto acha que a atividade petroquímica ganhou outra dimensão com o processo de consolidação iniciado em 2007, quando a Petrobras decidiu assumir um papel de maior relevância no setor. A previsão é que o acordo de fusão com a Braskem represente uma perda para a Quattor, que teria participação minoritária no negócio.

A transação não envolveria dinheiro, mas resultaria na troca das atuais ações por outras da nova companhia. Ainda segundo essa fonte, há interesse de parte das acionistas da Quattor em obter recursos financeiros, o que Alberto está disposto a oferecer em troca do controle do negócio. A avaliação é que, se essa oferta for confirmada, o rumo da transação mudará, o que pode alterar também o plano de Petrobras e Braskem em consolidar o setor petroquímico em uma supercompanhia nacional.

Ciclone deixa cidades gaúchas sem energia no final de semana (Folha de SP) 14/12/09

A luz foi completamente restabelecida ontem; no sábado, 61 mil casas chegaram a ficar sem luz devido aos temporais

Locais mais afetados pela tempestade foram a região metropolitana de Porto Alegre, o entorno de Pelotas e o litoral do Estado

MARIANA IWAKURA
DA REPORTAGEM LOCAL

Depois de o Estado ter sido atingido por um ciclone anteontem, cidades do Rio Grande do Sul sofreram com apagões durante o fim de semana. No sábado, 61 mil casas chegaram a ficar sem energia elétrica em decorrência dos temporais. Em 5.100 imóveis, a luz só foi restabelecida pela companhia de energia por volta das 21h de ontem. Os locais mais afetados foram a região metropolitana de Porto Alegre, o entorno de Pelotas (258 km da capital) e o litoral, segundo a distribuidora CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). A concessionária é responsável pelas regiões sul e sudeste do Estado.

Os ventos atingiram 98,6 km/h na sexta-feira e 76 km/h no sábado, de acordo com o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), que tem 35 estações medidoras no Rio Grande do Sul. Foram registrados alagamentos e quedas de árvores em várias cidades gaúchas.

As temperaturas caíram após a passagem do ciclone. A mínima registrada ontem foi de 8,8C, em São José dos Ausentes (nordeste do Estado). Em Porto Alegre, a temperatura mais baixa foi de 15,8C. Ontem, o ciclone já tinha se afastado da costa do Estado.

Prejuízos

O Rio Grande do Sul vem sofrendo com temporais há mais de um mês. Dos 496 municípios gaúchos, 180 já decretaram situação de emergência por causa das chuvas. Ontem, a Defesa Civil contabilizava 6.322 desalojados e 3.811 desabrigados. Desde novembro, oito pessoas morreram.

No início de dezembro, o governo estadual estimou prejuízos de R\$ 4,5 bilhões em infraestrutura e agricultura em decorrência dos temporais.

A Secretaria de Estado da Saúde informou no fim de semana que fechou um acordo com o Ministério da Saúde para que sejam repassados R\$ 50 milhões para ajudar os municípios gaúchos que decretaram situação de emergência. Segundo a pasta, o valor será destinado à reconstrução e ao reforço da rede de atendimento básico e hospitalar das cidades.

A previsão da meteorologia para os próximos dias não indica chuva forte. A temperatura máxima hoje deve ser de 30C no Estado, segundo o Inmet.

Colaborou a Folha Online

Direito ao silêncio (Folha de SP) 14/12/09

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Nos aeroportos civilizados dos países desenvolvidos, o alto-falante geral é usado só em caso de mudança no embarque

DESDE QUANDO eu era menino, aprendi com meu pai a importância do direito à palavra. É um direito civil fundamental, uma forma do direito à liberdade política. Com o passar dos anos, porém, compreendi que outro direito que parece ser o inverso, mas é de outra natureza -o direito ao silêncio, a não ser obrigado a ouvir sons fortes e desagradáveis impostos

por terceiros- , é também um direito importante. É um direito ao bem-estar individual associado ao direito mais amplo de que os outros não podem prejudicar nossa saúde. Sons altos, constantes, em locais públicos atingem nosso bem-estar. Os legisladores paulistanos compreenderam esse fato quando, há muitos anos, proibiram o uso da buzina. Meus leitores mais moços não imaginam quanto se buzina em São Paulo e quanto melhorou a qualidade de vida quando a buzina sem justificativa foi considerada infração de trânsito. A legislação que existe em todas as boas cidades quanto a barulhos noturnos é outra expressão da existência do direito ao silêncio e da necessidade de garanti-lo pela lei. No Brasil, porém, há ainda um setor -o dos aeroportos administrados pela Infraero- no qual a violência ao direito ao silêncio é praticada de maneira implacável. Esperar pelo embarque nesses aeroportos é estar condenado a ouvir uma voz geralmente feminina a repetir uma, duas, três vezes que começou o embarque do voo X, que esta é a última chamada, que é mesmo a última chamada, que fulano e sicrano ainda não se apresentaram ao balcão de embarque etc. A diferença em relação aos aeroportos civilizados dos países desenvolvidos é enorme. Neles, o alto-falante geral é usado apenas nos casos de mudança de porta de embarque -mudanças que, ao contrário do que acontece no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, são raras. E no próprio portão se usa um pequeno alto-falante para dar início ao embarque. Já temos painéis nos nossos aeroportos; se são insuficientes, que sejam aumentados. O custo é mínimo. Há tempo pensava escrever este artigo falando sobre o direito ao silêncio nos aeroportos brasileiros, mas o que me motivou a fazê-lo foi ler em "Le Monde Magazine" (28.nov.09) uma grande reportagem sobre os males que estão causando sobre as populações locais as torres de energia eólica que estão sendo instaladas na França apoiadas por subsídios governamentais. Energia renovável, energia não poluidora -sim, o mundo precisa desse tipo de energia-, mas, se se decide subsidiar a energia eólica, não se faça isso em detrimento do direito ao silêncio da população atingida. A reportagem mostra como o som forte, surdo, repetido vem causando náusea, insônia, irritação e depressão nas pessoas vivendo a certa proximidade das torres e relata os protestos que estão crescendo. Ainda que a energia eólica continue cara e, portanto, ineficiente, compreendo que se a promova por razões ecológicas, mas, antes de proteger a natureza, é preciso proteger as pessoas.

A vida é uma sequência de compensações: para ganhar alguma coisa, temos que perder outra. A regra para decidir as questões é a da razoabilidade. Quando decidimos limitar a emissão de gases do efeito estufa, estamos reduzindo o crescimento. Tudo bem se a redução for modesta. Se a energia eólica contribui para o equilíbrio energético, usemo-la, mas de forma razoável, colocando as torres longe das habitações. Se isso não for possível, não a usemos. Em relação à violência sonora nos aeroportos brasileiros, porém, não há nenhuma compensação. Nada a explica senão o atraso.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA , 75, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda (governo Sarney), da Administração e Reforma do Estado (primeiro governo FHC) e da Ciência e Tecnologia (segundo governo FHC), é autor de "Globalização e Competição". Internet: www.bresserpereira.org.br

bresserpereira@gmail.com

Países ricos tentam inverter papéis no financiamento do clima, diz Dilma (O Estado de SP) 14/12/09

Para ministra, tentativa de tratar nações em desenvolvimento da mesma forma que as desenvolvidas é 'escândalo'

Lisandra Paraguassu e Andrei Netto, ENVIADOS ESPECIAIS, COPENHAGUE

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, acusou os países ricos de tentar "inverter papéis" e tratar as nações em desenvolvimento - incluindo o Brasil - como se fossem desenvolvidas. Dilma, que participou ontem da primeira reunião de ministros da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15), em Copenhague, classificou como "um escândalo" a proposta de que países em desenvolvimento contribuam também com financiamento para um fundo global de combate às mudanças climáticas.

"Sinto uma inversão de responsabilidades aí. Digam quanto vocês (os países desenvolvidos) vão colocar (no fundo), a responsabilidade é de vocês. Aceitar que desenvolvidos e em desenvolvimento tenham o mesmo tratamento é um escândalo", afirmou a ministra. Ela chegou anteontem a Copenhague para a última semana da conferência, que busca um novo acordo internacional de combate às mudanças climáticas.

Apesar das críticas, Dilma disse que sentiu avanços nas negociações. Mas ficou claro que a questão do dinheiro é um nó que está longe de ser desatado.

A ministra enfatizou que o Brasil não só não planeja colocar recursos em um fundo como ainda pretende ter acesso a financiamentos - algo que propostas recentes dos países ricos tentam evitar, barrando o acesso dos emergentes e reservando o dinheiro somente para os mais pobres.

"Hoje, no Brasil, estamos nos financiando com dinheiro próprio. Estamos fazendo a nossa parte. Se houver financiamento (internacional), vamos fazer mais rápido", disse a ministra. "Quem achar que tem dinheiro, que contribua. Mas tem de ter muito dinheiro ou então não cumpre as próprias metas. Nós não vamos dar um passo maior que a perna."

PRINCÍPIOS BÁSICOS

A discussão vai além. Financiar ações nos países em desenvolvimento e definir metas claras de redução de emissões domésticas são atribuições definidas pela Convenção do Clima para os países desenvolvidos. E são essas atribuições e a responsabilidade de cada um que estão sendo desviadas em Copenhague, segundo Dilma.

O Protocolo de Kyoto fala em responsabilidades históricas dos ricos pelas emissões e, como consequência, a parcela maior de sacrifício também caberia a essas nações industrializadas. "Eles (os países desenvolvidos) não aceitam. Eles contornam essa questão. Mas não é possível ir adiante sem falar nisso", disse Dilma. "É um absurdo pensarmos em abrir mão da responsabilidade histórica", respondeu a ministra ao ser questionada se os países em desenvolvimento poderiam esquecer a questão em nome de um acordo maior. "O que está em jogo é se acreditamos ou não que houve acúmulo de emissões, que não há diferença per capita, se há pobreza ou não. Se eu puder passar por cima de tudo isso eu transformo todos os países pobres em ricos, abro mão de tudo que vamos negociar. Não poderia nem voltar para casa."

A própria Convenção do Clima, de 1992, lembrou Dilma, diz que as ações de mitigação nos países em desenvolvimento "dependem" de financiamento dos desenvolvidos. "Ninguém abre mão da convenção e ninguém abre mão do Protocolo de Kyoto", afirmou.

Algumas das negociações em Copenhague sugerem abandonar Kyoto - o que agradaria aos Estados Unidos e outros países ricos. O protocolo é o único instrumento legalmente vinculante da Convenção, que estabelece as metas obrigatórias de redução de emissões para os desenvolvidos. Os EUA nunca ratificaram o protocolo e não aceitam participar dele (mais informações nesta página).

A conferência de Copenhague vai até sexta-feira. Nos últimos dois dias ocorrerá a cúpula de chefes de Estado, com participação de vários presidentes.

GLOSSÁRIO

Convenção do Clima da ONU:

Tratado internacional assinado em 1992, no Rio, por 192 países, que tem como objetivo estabilizar a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera em um patamar que evite o desequilíbrio do clima no planeta

Protocolo de Kyoto:

Acordo complementar à Convenção do Clima, assinado em 1997, que estipula metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos. Seu primeiro período de vigência vence em 2012

Fundo de adaptação:

Fonte de recursos para ajudar os países em desenvolvimento a se adaptarem às mudanças climáticas que já são inevitáveis

Mudança põe em risco leilão de energia eólica (O Estado de SP) 14/12/09

Confaz altera regra de isenção de ICMS para componentes

Wellington Bahnemann

Uma decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), divulgada sexta-feira, ameaça a atratividade do primeiro leilão de energia eólica do País, que será realizado hoje. Ao contrário do que vinha ocorrendo nos últimos 12 anos, o Confaz não prorrogou automaticamente a isenção de ICMS sobre equipamentos e componentes para usinas eólicas. Desta vez, a isenção foi prorrogada só até 31 de janeiro de 2010.

"Todo mundo deve estar revendo suas contas para determinar a viabilidade dos projetos", diz o diretor executivo da Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (Abeeólica), Pedro Perrelli. A decisão será publicada no Diário Oficial da União apenas na terça-feira, um dia após o leilão. Uma reunião extraordinária do Confaz em janeiro deve discutir novamente o assunto.

Para o executivo, a decisão deve diminuir a presença de investidores na disputa de hoje. Isso porque a expectativa de que a isenção do ICMS seria mantida fez parte dos cálculos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para o preço-teto do leilão de R\$ 189/MWh. "Sem a isenção, a taxa de retorno dos investidores cai", diz Perrelli, ressaltando que o preço-teto foi considerado baixo pelos investidores. Segundo a EPE, 10 mil MW em 339 projetos eólicos foram habilitados para a licitação. Perrelli estima que cerca de 70% dos projetos tiveram as garantias depositadas e estão aptos a participar da disputa.

Ele explica que o ICMS chega a representar 17% do valor de alguns equipamentos de uma usina eólica, entre eles o aerogerador. "Do investimento total de uma usina, 70% do valor é o aerogerador. Isso mostra que o ICMS tem uma influência direta na taxa de retorno, até porque o preço-teto do leilão é fixo", justifica. Semana passada, o Ministério da Fazenda anunciou a isenção permanente de IPI para aerogeradores - esse imposto pode representar até 7,5% no valor do equipamento. Por isso, a isenção de IPI não compensa a cobrança de ICMS.

Na avaliação do executivo, a decisão dos governos estaduais representa um sinal contraditório do Brasil ao mundo, que discute, na Conferência da ONU em Copenhague, estratégias para conter o aquecimento global. "Enquanto o Ministério de Minas e Energia (MME) realiza o leilão e o Ministério da Fazenda concede a isenção do IPI, os Estados tomam essa decisão justamente no momento crucial para a energia eólica", avalia.

O leilão é considerado o grande pontapé para a energia eólica no Brasil - o potencial é de 140 mil MW, mas apenas 605,8 MW estão em operação. No leilão de hoje, será o vencedor quem oferecer o maior deságio em relação ao preço-teto. Os 10 mil MW habilitados pela EPE equivalem a mais de dois terços da capacidade de Itaipu.

Essas usinas serão contratadas na modalidade de "energia de reserva", que é uma energia adicional contratada pelo governo federal para atender todo o sistema elétrico, tanto distribuidoras como consumidores livres (indústrias com alto consumo). Os contratos terão duração de 20 anos e valem a partir de 1º de julho de 2012.

Medidas farão Brasil crescer de forma sustentável, diz Lula (Estadão Onlin 08:20h) 14/12/09

REUTERS

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta segunda-feira que as iniciativas anunciadas pelo governo na semana passada vão estimular investimentos e sustentar o crescimento da economia brasileira.

Em seu programa semanal de rádio "Café com o Presidente", Lula comparou as providências tomadas frente à crise financeira internacional em 2008 e as medidas anunciadas na quarta-feira da semana anterior e disse que no final do ano passado era necessário incentivar o consumo e agora é preciso estimular também o investimento.

"Nessas medidas agora, além de continuarmos incentivando o consumo, nós estamos incentivando os investimentos, ou seja, que as empresas façam novos investimentos, que as empresas contratem mais trabalhadores. Então, é uma complementação daquilo que nós fizemos ano passado", afirmou o presidente.

Lula comentou ainda que "essa idéia de crescer de forma vigorosa em 2010" fez com que o governo antecipasse decisões que seriam anunciadas no ano que vem.

"Ou seja, ao invés de deixar para anunciar em 2010, anunciamos em 2009, aproveitando o final de ano e que as coisas estão bem, para mostrar que o Brasil não tem retorno. A gente vai continuar crescendo porque o Brasil vai se transformar em uma grande economia", disse Lula em seu programa.

"Agora, nós estamos em uma situação mais confortável. A economia já está crescendo de forma razoável", acrescentou.

Entre as iniciativas anunciadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na última quarta-feira estão um novo aporte, de 80 bilhões de reais, para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar investimentos em 2010 e 2011.

O governo também prorrogou desonerações para os setores de bens de capital e computadores e anunciou novos incentivos tributários para investimentos em refino de petróleo, indústria petroquímica e energia eólica. A renúncia fiscal estimada para 2010 é de 3,208 bilhões de reais.

Mantega também anunciou a criação de um instrumento de captação de recursos de longo prazo para os bancos. O novo instrumento terá os moldes de uma debênture e será regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

"Essas medidas, elas têm, eu diria, o endereço certo: a certeza absoluta que o governo trabalha, que a economia brasileira vai crescer muito em 2010, que a gente vai continuar com a inflação baixa", disse Lula.

(Reportagem de Ana Paula Paiva; Edição de Alberto Alerigi Jr.)

Falta de garantias (O Estado de SP) 14/12/09

A indústria química brasileira tem um ambicioso plano de expansão, que prevê investimentos de US\$ 132 bilhões e a transformação do Brasil na quinta maior potência química do mundo até 2020. A partir de então, o País não mais registraria déficits na balança comercial do setor. Neste ano, o saldo negativo deverá alcançar US\$ 18 bilhões. Mas a execução do plano já esbarra em dificuldades, entre as quais a falta de garantia, pela Petrobrás, de fornecimento adequado de gás natural, insumo cada vez mais necessário para o setor.

O êxito do programa depende de questões que afetam as decisões das empresas de investir na expansão da produção. Uma delas, a garantia da competitividade das matérias-primas nacionais para o setor, entre elas o gás natural, precisaria ser resolvida desde já, para dar mais consistência ao plano da indústria química.

Responsável pela produção, importação e distribuição nacional do gás natural, a Petrobrás diz que não tem condições de garantir o fornecimento firme ? isto é, sem interrupção ? para a indústria nos próximos anos, pois alega que precisa assegurar o produto para as usinas termoeletricas.

"Não tenho uma boa notícia", disse o presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli, ao participar na semana passada da reunião anual da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), na qual foi anunciado o programa de investimentos para os próximos anos. "Não podemos nos comprometer com a rigidez de oferta em contratos firmes para 2016."

É curioso que, no mesmo evento, Gabrielli afirmou que o programa de investimentos da Petrobrás prevê a ampliação da produção de gás nacional de 29 milhões de metros cúbicos por dia para 73 milhões de metros cúbicos diários em 2013, volume que, somado aos 30 milhões de metros cúbicos diários importados da Bolívia, será suficiente ? segundo ele ? para atender à demanda esperada do período.

Além disso, dados do Ministério de Minas e Energia mostram que este ano, até setembro, o País acumulou uma média de 33 milhões de metros cúbicos por dia de gás excedente. Esse número não leva em conta as possibilidades dos campos do pré-sal, que, se forem tão produtivos como o governo vem anunciando, podem elevar o excedente para 80 milhões de metros cúbicos por dia.

Anunciado pelo presidente do conselho diretor da Abiquim, Bernardo Gradin, como o Pacto Nacional da Indústria Química, o plano do setor depende de reformas a serem aprovadas no Congresso e do aumento da eficiência do setor público. São temas de interesse de todo o setor produtivo, como a mudança da estrutura tributária do País, a melhora das condições de infraestrutura e logística, o incentivo à inovação tecnológica e a oferta adequada de crédito.

Mas há questões específicas da indústria química. "Precisamos decidir se vamos continuar onde estamos ou se nos uniremos para viabilizar a expansão do setor", disse Gradin, referindo-se ao papel da iniciativa privada, às ações do governo em diversas áreas e à atuação da Petrobrás, que é a principal fornecedora de matéria-prima para a indústria química.

Na questão do gás natural, a Petrobrás não tem sido confiável para a indústria. Sua política comercial tem sido pendular. Ora a empresa estimula a diversificação da utilização do gás natural para expandir o mercado, ora impõe restrições ou dificulta o aumento do consumo. O que se mantém firme é a política de preço. Apesar da crise, que afetou a demanda, o gás natural vendido no Brasil continua sendo um dos mais caros do mundo.

O setor de produção de fertilizantes, um dos que compõem a indústria química, tem projetos, ainda engavetados por falta de acordo sobre preços, para utilizar gás natural na produção de amônia, matéria-prima para a produção de

fertilizantes da qual o Brasil é grande importador. Se houvesse uma política adequada de preços e de fornecimento do gás natural utilizado como matéria-prima, a demanda do produto cresceria sem percalços nos próximos anos e a indústria poderia programar seu crescimento com mais segurança.

Indicadores apontam produção e consumo em alta (*Valor Econômico*) 14/12/09

De São Paulo

Novos indicadores do desempenho da economia mostram um ritmo aquecido tanto de produção como de consumo em novembro. O índice de crédito ao consumidor da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), elaborado pela entidade a partir dos dados de movimento de consultas dos serviços de proteção ao crédito do país, apontou que o crédito ao consumidor avançou 1,4% sobre novembro de 2008 e 2,8% ante outubro. Com a alta, o índice chegou a 107,6 pontos no mês passado. Por outro lado, o Sinalizador da Produção Industrial (SPI) mostrou que produção industrial paulista deve registrar elevação de 3,2% em novembro, na comparação com outubro, considerando o ajuste sazonal.

Calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a AES Eletropaulo, o SPI também mostrou que a produção paulista pode superar a registrada em novembro de 2008. Para esta comparação, a projeção é de aumento de 4,4% na atividade fabril paulista. No acumulado em 12 meses, a queda prevista fica em 10,6%. Em outubro, o indicador sinalizou alta de 3,3% para a atividade da indústria, que acabou tendo expansão de 2,1%.

De acordo com a ACSP, a pesquisa mostra que prossegue o movimento de "expansão do crédito e a recuperação das vendas do varejo de bens de maior valor, observada nos últimos meses". A previsão é que o crédito ao consumidor chegue ao fim do ano em patamar semelhante ao que fechou 2008. O índice encerrou dezembro do ano passado em 127,5 pontos.

Na divisão por regiões, a que apresentou maior alta em novembro foi a Nordeste - onde avançou 16,7% ante outubro, seguida pelo Sudeste (3%). As demais regiões - Sul (-2,6%), Norte (-2,1%) e Centro-Oeste (-2,4%) - apresentaram recuo.

Outra pesquisa divulgada sexta-feira, o indicador do otimismo do consumidor brasileiro, apurado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), corrobora as perspectivas positivas apontadas na pesquisa realizada pelo comércio paulista. O índice atingiu em dezembro o maior nível da série, iniciada em 2001, e subiu 1,5% frente ao trimestre anterior, na terceira alta consecutiva.

Para a CNI, a alta reflete um comportamento sazonal dos consumidores - que tradicionalmente tendem a mostrar otimismo com o ano que está por começar - e também o fato de os efeitos da crise global terem sido menos intensos do que o esperado. Das seis variáveis que compõem o indicador, a que mais se destacou foi a expectativa com a renda pessoal, que cresceu 5,1% ante o trimestre anterior. O índice foi apurado a partir de 2.002 entrevistas em 143 municípios feitas entre os dias 26 e 30 de novembro. (Agências noticiosas)

Venda da Alstom (*Valor Econômico*) 14/12/09

A Alstom assinou um contrato de aproximadamente € 700 milhões com a concessionária de energia Termoelektrarna Sostanj d.o.o., para a construção de uma usina termelétrica a carvão de 600 megawatts (MW) em Sostanj, no nordeste da Eslovênia. Pelos termos e condições do contrato divulgados pela fabricante, a Alstom fornecerá toda a ilha de força, que compreende o conjunto de turbina a vapor e gerador, o ciclo de vapor de água, a caldeira e o sistema ALSPA de controle distribuído para a nova unidade. A empresa não divulgou o valor do contrato

ETH e Brenco mais perto de fechar união das operações (*Valor Econômico*) 14/12/09

Fabiana Batista, de São Paulo

Desde outubro "oficialmente" em tratativas, a ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, e a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco) devem bater o martelo sobre sua união ainda em 2009. O diretor de Relações Institucionais da ETH, Luiz Pereira, reafirmou que a empresa espera até o fim deste mês concluir a 'due diligence' e a junção de suas operações com a nova parceira. "O processo caminha bem e esperamos concluí-lo nesse prazo", acrescentou.

A ETH, que prevê investir mais R\$ 900 milhões em 2010 para ampliar a capacidade atual das suas cinco usinas de 13,2 milhões de toneladas para 28 milhões, descarta a necessidade de mais recursos para integrar sinergias com as usinas da Brenco. "Isso não será necessário, pois as plantas da Brenco já formam o que chamamos do 4º polo de produção, com sinergia própria. Vamos é imprimir o mesmo modelo de gestão e conseguir volume para viabilizar o alcoolduto", afirmou Pereira ao Valor.

A união com a Brenco vai permitir à ETH antecipar seu plano inicial que era de construir dez usinas e colocá-las em pleno funcionamento até a safra 2016/17. "Se finalizarmos o negócio, estaremos mudando nossa estratégia inicial, que era expandir de forma orgânica, para crescer também por meio de aquisição", afirma o executivo.

A união das operações trará ainda volume de produção de etanol para justificar o investimento no alcoolduto, ligando o Centro-Oeste do Brasil até o Sudeste. "Não há ainda um consenso, mas estudos indicam que o mínimo de produção necessário para justificar o investimento é de 6 bilhões de litros. Assim, com mais alguns parceiros em Goiás, conseguiríamos atingir esse volume". Juntas, Brenco e ETH produzirão em 2013 metade desse volume (3 bilhões de litros).

Criada em 2007 e com sócios de peso, como Tarpon Investment, Ashmore International e BNDESPar, braço do participações do BNDES, a Brenco tinha um plano ambicioso de se tornar um dos principais players do setor até, no meio do caminho, ser abatida pela crise de crédito. Fez alguns empréstimos-ponte para pagar fornecedores e continuar as obras já iniciadas de suas usinas em Goiás e em Mato Grosso, mas desde meados deste ano vem buscando um sócio estratégico.

Após conversas com players de peso, como Petrobras, a Brenco anunciou em 8 de outubro que firmara memorando de entendimentos com a ETH para avaliar, em regime de exclusividade, a união de seus ativos e operações.

Negócios: Para cortar a emissão de poluentes, grandes companhias de todo o mundo buscam novas formas de operar

Empresas se adaptam à era anticarbono (*Valor Econômico*) 14/12/09

Célia Roseblum, de Copenhague

A oposição planeta x lucro: manifestantes protestam em Copenhague contra a falta de progresso nas negociações. Em Copenhague o parâmetro de desempenho empresarial parece ter mudado para tonelada de carbono. Uma medida em que os valores seguem uma escala invertida: quanto mais negativos, melhor. Dentro desse espírito de combate às mudanças climáticas que tomou conta da capital dinamarquesa durante a CoP-15, grandes empresas, de diferentes partes do mundo, querem e precisam apresentar suas novas versões e visões de negócios. São elas, afinal, segundo explicam seus porta-vozes, que serão responsáveis por transformar em realidade e traduzir na prática as diretrizes de um eventual acordo global para conter ou ao menos limitar os efeitos do aquecimento global. Ou, independentemente de um fracasso nas negociações, tocar seus planos de investimentos e seguir estratégias já traçadas rumo a uma economia de baixo carbono.

As estimativas apontam para cerca de mil representantes de entidades empresariais nas representações oficiais reunidas no Bella Center, onde se realiza a CoP-15. Mas foi a poucos quilômetros de lá, na sede da Federação das Indústrias da Dinamarca, que o setor privado realizou na sexta-feira seu próprio fórum: o Business Day, evento promovido pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). O objetivo era discutir o panorama de negócios pós-Copenhague.

Passaram por lá e usaram os microfones os CEOs e presidentes de empresas cujos faturamentos superam sem problemas o PIB de alguns países. Apenas na parte da tarde, foram 21 participantes que dividiram de modo fraterno e proporcional o espaço e as intervenções durante três horas. Não havia mensagem unânime, nem um discurso de consenso ou ao um esboço de projeto geral. Mas todos tinham o que contar sobre suas práticas e seus planos e perspectivas para o futuro.

Muhtar Kent, CEO da Coca-Cola, anunciou que a empresa pretende, até 2020, ser "neutra em água". O que significa que cada litro de água usado na produção irá resultar em um litro de bebida. Hoje a Coca-Cola Brasil utiliza 2,08 litros de água para cada litro de bebida produzido, um dos melhores índices do mundo segundo a assessoria da empresa. A iniciativa vem na sequência de um projeto para que 100% das máquinas automáticas para venda de refrigerantes estejam livres de HFC (hidrofluorcarbono) até 2015, desenvolvido em conjunto com o Greenpeace. "O anúncio demonstra nosso comprometimento em usar nossa influência no mercado para impulsionar a inovação e forjar um futuro de baixo carbono", afirmou Muhtar.

Paul Polman, CEO da Unilever, acredita também na força da empresa para estabelecer novos padrões de produção em sua própria cadeia e de consumo. Ele estima que, para cada 2 milhões de toneladas de carbono emitidas pela empresa, consumidores e fornecedores emitem 300 milhões de toneladas. A maior parte (70%) deriva do uso dos produtos. "Temos a oportunidade de ajudar o consumidor a entender esse novo quadro", declarou. Para chegar a isso é preciso "inovar, renovar e reinventar".

A necessidade de buscar, com ênfase, novas formas de operar é um dos poucos consensos. "Precisamos em primeiro lugar reconhecer que hoje o crescimento econômico é proporcional ao crescimento das emissões. Precisamos de tecnologia para a economia crescer e ao mesmo tempo ser possível derrubar emissões. Se não reconhecermos isso fica difícil", declarou Bruno Lafont, CEO da Lafarge, que atua no setor de cimento.

Ele defende a necessidade de equacionar as coisas de forma que "existam simultaneamente ganhos ambientais e econômicos". E acha que um bom caminho para isso é estabelecer parcerias público-privadas.

Steen Riisgard, presidente da Novozymes, considera que "não existe espaço para comportamentos tradicionais no tipo de negócios que deve ser estabelecido se o objetivo é realmente estabelecer uma economia de baixo carbono". Para chegar a 2020 à frente de um negócio de sucesso é preciso, de acordo com ele, aprender a ouvir pessoas diferentes. Até lá, o mundo deve achar novas fontes de energia, estabelecer padrões globais de prestações de contas. "São muitas as coisas que precisam mudar e muita tecnologia é necessária para conseguir mudar tudo ao mesmo tempo. Os esforços devem juntar a iniciativa privada e o poder público."

"Na questão do clima não interessa onde está seguro, mas que esteja seguro", avaliou Frank Mastiaux, da E.ON, fornecedora de gás e energia que também trabalha com energias renováveis. "O diálogo entre empresas, sociedade e governo precisa subir um degrau para que não sejam criadas novas barreiras", afirmou.

No lado empresarial os discursos ainda são múltiplos. Mas, segundo o CEO da Duke Energy, James Rogers, a busca de soluções para o estabelecimento de uma economia de baixo carbono vai demandar mesmo muitos esforços de conciliação. Para ele, porém, algumas diretrizes estão claras. Seguir nessa direção requer em primeiro lugar a definição de alguns padrões, entre eles o rápido estabelecimento de um preço para o carbono.

"Existe hoje no mundo 1,6 bilhão de pessoas sem acesso a energia elétrica e elas têm direito de ter esse acesso", afirmou Rogers. Isso porém requer um esforço institucional sistemático. Promover a eficiência energética não é uma tarefa que possa ser delegada apenas ao consumidor. A contribuição que ele pode dar é limitada. "A redução real é o investimento que se faz na casa do cliente." A empresa, que tem custo de capital menor e trabalha com prazos mais longos, tem condições de fazer diferenças efetivas no uso da energia.

A Duke, diz Rogers, vai instalar painéis de aquecimento solar em casas na Carolina do Norte (EUA). Vão não só bancar o equipamento como pagar aluguel aos proprietários pelo uso de seus telhados. Com isso, a empresa vai baixar os custos de fornecer a esses clientes energia por meios mais tradicionais e ampliar sua própria matriz. "A usina mais ambientalmente amigável que eu posso construir é a usina que eu não construo."

A jornalista viaja a convite da Natura

Sucessão de Gabrielli na Petrobras preocupa mercado *(Valor Econômico)* **14/12/09**

A quatro meses do prazo de desincompatibilização para quem pretende se candidatar nas eleições de 2010, analistas de mercado e consultores traçam possíveis cenários da sucessão na Petrobras se o seu presidente, José Sérgio Gabrielli, resolver voltar à política.

Candidato a deputado federal em 1982 e ao governo da Bahia em 1990, sempre pelo PT, Gabrielli é cogitado para a disputa de uma das vagas para o Senado na Bahia. Ele diz que não é candidato e que não pretende disputar cargo nenhum no ano que vem. Ao deixar a presidência da maior empresa da América Latina, aos 61 anos (completou 60 em outubro) pretende voltar a dar aulas de macroeconomia e teoria do petróleo na Universidade Federal da Bahia, da qual é professor licenciado.

Garante que se fosse candidato já teria que ter saído da Petrobras, de preferência para ocupar um cargo de secretário do governador Jaques Wagner (PT-BA), pois a disputa teria que ser preparada bem antes do lançamento oficial da candidatura. Ademais, afirma que não tem perfil de candidato porque " não sabe pedir votos " .

Ao substituir José Eduardo Dutra, presidente eleito do PT, no comando da Petrobras, Gabrielli foi recebido com desconfiança pelo mercado por suas ligações políticas com o PT. Desfeitos os temores, as apreensões agora se voltam a uma sucessão que pode vir a acontecer em meio ao debate do novo marco regulatório do setor de petróleo, que está prestes a receber uma injeção de capital bilionária através da transferência, pela União, de 5 bilhões de barris de petróleo.

A forma como Gabrielli negociou a participação da estatal no novo modelo agradou o mercado. A companhia esteve perto de se tornar uma prestadora de serviços mas acabou ganhando 30% de todas as áreas do pré-sal, onde será a única operadora, o que significa uma vantagem incalculável perante as outras empresas que atuarem aqui.

As opiniões sobre sua sucessão divergem. A preocupação maior é com a possibilidade de o cargo ser ocupado por alguém de fora da estrutura da empresa. Um analista de um grande banco resume assim uma visão que é compartilhada por outras fontes ouvidas pelo Valor: " A situação é igual à sucessão no Brasil em 2002. Depois que o Lula foi eleito e o Dutra foi para a Petrobras no lugar do (Francisco) Gros nada mais assusta " , afirma.

Caso a presidência seja ocupada por um dos atuais diretores, a avaliação geral é que não haveria traumas. E a opção seria melhor do que a de algum político " desorientado " , nas palavras de um analista. " A continuidade seria mantida se o substituto for um dos diretores. A Petrobras tem os processos muito bem amarrados e qualquer um que esteja no cargo não provocaria grande descontinuidade " , avalia outra fonte.

Os nomes mais cotados para um mandato-tampão na Petrobras são o de Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento e Refino, e o de Almir Barbassa, diretor financeiro, que é o preferido do mercado. A maioria avalia que Maria das Graças Foster, diretora de Gás e Energia, é certa na presidência se Dilma Rousseff for eleita presidente do país nas eleições de 2010. Não há ainda nomes ventilados para uma possível indicação caso o PSDB de José Serra vença, dado o atual distanciamento do partido em relação à Petrobras, que tem hoje sua diretoria dividida entre PT, PMDB (Jorge Zelada, da área internacional) e PP (com Paulo Roberto Costa na área de Abastecimento e Refino).

(Cláudia Schüffner | Valor)

Relações externas: Construção seria feita pelo Exército e faz parte dos esforços para estabelecer a paz no país

Brasil quer construir pequena usina no Haiti (*Valor Econômico*) 14/12/09

Danilo Fariello, de Brasília

O Brasil quer incentivar o desenvolvimento da infraestrutura do Haiti com a construção de uma usina hidrelétrica e, com isso, acelerar a meta de estabelecimento da paz. As forças militares brasileiras estão no país desde 2004. No mês passado, a Braengcoy - brigada brasileira de engenharia das Forças de Paz - começou o levantamento topográfico e a coleta de informações no Departamento Central do Haiti, onde deverá ser instalada a usina.

A hidrelétrica de Artibonite 4C terá potencial de 32 megawatts e ficará a 60 quilômetros de Porto Príncipe, capital haitiana. O projeto, tocado pelo Exército, está orçado em US\$ 2,9 milhões, e a construção tem custo previsto de US\$ 150 milhões.

A capacidade de geração pode parecer minúscula para os padrões brasileiros, mas é relevante para a infraestrutura energética do Haiti, que hoje é muito deficiente, segundo o Ministro da Defesa, Nelson Jobim. No Brasil, essa Pequena Central Hidrelétrica (PCH) seria suficiente para abastecer apenas uma cidade como Itapetininga (SP), com população de 140 mil habitantes. No entanto, como no Haiti as famílias possuem menos equipamentos eletrônicos e convivem há muito tempo com escassez de energia, a Braengcoy estima que a usina deverá atender a 500 mil habitantes do país.

A energia pública no Haiti hoje é precária, com geração em apenas uma PCH e outras poucas termelétricas a diesel. A produção em 2007 foi de 448 milhões de KWh ou 0,5% do que foi produzido em Itaipu. Em diversas regiões, há eletricidade apenas em um período curto do dia. À noite, o cenário é de escuridão em quase toda a cidade de Porto Príncipe, a capital do país. A exceção é a região mais rica da cidade, onde o uso de geradores privados é praticamente contínuo. "Tem energia apenas quem tem dinheiro no Haiti", diz o ministro.

Segundo o General de Divisão R1 José Rosalvo Leitão de Almeida, que chefia a equipe do projeto Artibonite 4C, a construção da PCH deverá reduzir, ainda, a dependência do país da importação de petróleo. Como não há produção nacional de derivados do petróleo, as termelétricas são acionadas apenas com diesel importado, explica.

Além da energia elétrica, também há deficiência na distribuição de gás de cozinha. Segundo Jobim, não se vê árvores pelo país. O desmatamento foi promovido principalmente para o uso residencial no Haiti. Em um sobrevoo pelo país,

percebe-se que quase não existem árvores, o que também prejudica o escoamento da água em tempestades ou furacões - que são comuns na região - e leva a inundações de grande porte, diz um militar brasileiro que atuou no país.

A construção da usina faz parte de um projeto maior das Forças de Paz - chefiadas pela equipe brasileira desde 2004 - de construir um polo industrial têxtil no Haiti. Diálogos têm sido feitos com o governo dos EUA para que, com isenções de taxas, haitianos possam exportar roupas para os EUA. O Ministro Nelson Jobim tem mantido também conversas com a Fundação Clinton, do ex-presidente dos EUA Bill Clinton, para obter parte dos recursos para esse projeto.

De acordo com Jobim, o lago a ser formado para assegurar a geração de energia por mais tempo na usina de Artibonite também poderá ser usado para irrigação do sistema agrícola do país. No entanto, a forma como isso se dará dependerá da decisão soberana do governo do país. Segundo o general Rosalvo, a equipe de topografia está mapeando três possíveis lugares próximos para a construção da barragem. O governo local deverá escolher o ponto exato da construção, levando em conta o impacto sobre as famílias da região.

A falta de energia elétrica e iluminação pública torna o Haiti mais inseguro, na visão de militares enviados ao país. Atualmente, o Brasil tem 1266 homens no Haiti. Esse pessoal é substituído a cada seis meses, porque a meta do governo é ter o maior número de contingente com experiência de batalha assimétrica no país.

Depois de elaborado o projeto - que tem recursos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) -, a construção da usina poderá ser licitada em concorrência internacional, comentou Jobim. O levantamento para as obras da usina de Artibonite é feito para área da barragem com aproximadamente 330 hectares e para a região do canal de irrigação, com 2 quilômetros de extensão. A equipe da Braengcoy nessa missão tem dez militares e quatro haitianos.

Segundo Jobim, não há data específica para o Exército brasileiro deixar o Haiti. Entre as estratégias de saída discutidas com o Departamento de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (DPKO, na sigla em inglês) estão questões de infraestrutura urbana e de produção como elementos necessários para permitir a saída. Porém, o mandato da ONU não prevê o uso das tropas brasileiras em projetos de infraestrutura, tendo sido necessária permissão para os estudos da PCH, combinados entre os presidente de Haiti e Brasil.

Empresas de energia eólica criticam redução do prazo de isenção do ICMS (Valor Econômico) 14/12/09

Folhapress, de São Paulo

O primeiro leilão para contratação de energia eólica no Brasil, marcado para hoje, em São Paulo, está ameaçado de fracassar devido a uma decisão do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O alerta foi feito ontem pela Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (Abeeólica).

O setor foi surpreendido por uma decisão tomada no fim da tarde da sexta-feira, dia 11, pelo órgão, que reúne os secretários de Fazenda dos governos estaduais. O conselho anunciou a renovação apenas até 31 de janeiro de 2010 do convênio 101/97, que isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) todas as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar. Há mais de uma década, o convênio era renovado sempre por um prazo de um ano.

"Exatamente às vésperas do primeiro e mais importante leilão para a contratação de energia eólica, o Confaz dá uma sinalização confusa e contraditória ao mercado", critica Pedro Perrelli, diretor-executivo da Abeeólica.

Caso o convênio não seja prorrogado, o setor terá de pagar, em média, 17% de ICMS sobre o investimento. "Isso inviabiliza a energia eólica nos preços atuais", afirma o diretor da entidade.

O Confaz poderá ratificar o convênio em janeiro, mas gerou uma dúvida que não existia até agora. Na quarta-feira, o governo federal já havia isentado os empreendedores do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de aerogeradores. Os empreendedores terão de decidir se desistem de fazer as ofertas ou se as mantêm com a expectativa de que o convênio seja renovado em janeiro.

Para o leilão marcado para hoje, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) habilitou 339 projetos de geração eólica, empreendimentos que somam capacidade instalada de 10.005 MW.

Estatual tem US\$ 3,5 bi para modernizar atuais usinas (*Valor Econômico*) 14/12/09

Além dos projetos de construção de cinco unidades novas, a Petrobras tem em andamento para conclusão no próximo ano 15 obras de ampliação ou modernização nas suas dez refinarias já prontas que, segundo o diretor Paulo Roberto Costa, somam US\$ 3,5 bilhões, dos quais US\$ 2,9 bilhões já foram aplicados. São, principalmente, obras de aumento da produção e de melhoria da qualidade da gasolina e do óleo diesel produzidos pela estatal.

Entre as obras que serão concluídas este mês estão as chamadas "Carteiras de Gasolina" das refinarias de Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro; Gabriel Passos (Regap), em Betim; Araucária (Repar), no Paraná; Paulínia (Replan), em São Paulo; Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão; e Landulfo Alves (Rlam), na Bahia..

As "Carteiras de Gasolina" fazem parte de um projeto para reduzir o teor de enxofre do produto de 1.000 para 50 partes por milhão (ppm). A norma da Agência Nacional do Petróleo estabelece que a partir de 2014 a gasolina brasileira não pode ter mais de 50 ppm de enxofre.

Outra obra importante é a da unidade de coque, que permite aumentar a quantidade de diesel produzida com a mesma quantidade de petróleo, da refinaria de São José dos Campos (Revap), em São Paulo, e da unidade que reduz o teor de enxofre do diesel na mesma refinaria.

Na refinaria de Cubatão está sendo concluída uma obra destinada a receber e tratar o gás natural produzido nos campos de Merluza e de Lagosta, ambos na bacia de Santos. Costa disse que além das 15 a serem inauguradas em 2010, há outras obras no parque de refino que deverão ser concluídas a partir de 2011.

O petróleo marcou queda pela oitava sessão seguida em Nova York na sexta-feira, encerrando o dia com desvalorização de 0,95%, a US\$ 69,87 no contrato para janeiro. A sequência negativa é a mais longa desde outubro de 2003. Na semana passada, o barril acumulou perda de 7,4%, a maior queda semanal em 11 semanas. Pela primeira vez desde o começo de outubro, o barril ficou abaixo de US\$ 70. Em Londres, o Brent, com vencimento em janeiro, perdeu 5 centavos de dólar, para US\$ 71,81.

O mercado deu destaque para a projeção da Agência Internacional de Energia (AIE) de que a demanda global por petróleo em 2010 vai aumentar um pouco mais rápido do que o previsto anteriormente, puxado por uma maior atividade econômica na Ásia e no Oriente Médio. A entidade, que presta consultoria a países consumidores da commodity, disse que a demanda por óleo cru deve atingir 86,3 milhões de barris por dia no próximo ano, 1,7% acima da média de 2009. (CS, com agências internacionais)

Leilão de energia nova (*Valor Econômico*) 14/12/09

O próximo leilão de energia nova vai acontecer no primeiro semestre de 2010, afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa em Elétrica (EPE), Mauricio Tolmasquim. A licitação aconteceria em dezembro deste ano, mas o governo decidiu suspendê-la por falta de licenciamento ambiental para seis das sete usinas hidrelétricas inscritas. O leilão, chamado de A-5, contrata energia para abastecer o sistema elétrico brasileiro daqui a cinco anos. Tolmasquim acredita que o governo conseguirá licença ambiental para que haja participação majoritária de hidrelétricas no leilão em 2010, cujos empreendimentos abastecerão o sistema em 2015. Sem as licenças ambientais, o leilão A-5 contrataria principalmente energia de usinas térmicas movidas a gás e carvão. "Não precisamos fazer leilão a qualquer custo", afirmou o presidente da empresa.

Recuperação: Elevada utilização da capacidade instalada do setor de transformação do país gera confiança

Indústria retoma planos para crescer (*Valor Econômico*) 14/12/09

Genilson Cezar, para o Valor, de São Paulo

A indústria brasileira tem um duplo papel na construção de um ciclo virtuoso de crescimento que o país deve experimentar a partir de 2010. Poderá contribuir para a dinamização da demanda doméstica, através da expansão do consumo e do investimento, e tem o desafio de investir para ampliar a sua própria capacidade de produção e inovação, modernizar suas plantas, agregar valor e consolidar empresas e grupos econômicos.

Depois de uma fase de retração por conta da crise financeira internacional, as expectativas de uma nova trajetória de crescimento econômico não são puramente exercícios teóricos. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o valor dos investimentos de projetos firmes na economia brasileira previstos para o

período 2009-2012 deve atingir US\$ 730,7 bilhões, um aumento de 7,5% sobre o volume de investimento realizado na indústria no período de 2005 a 2008. Além de dinamizar a demanda doméstica, esses investimentos, de acordo com os estudos do Projeto PIB, devem ter forte impacto sobre a indústria brasileira. Só para a área de infraestrutura de energia e transporte estão previstos investimentos da ordem de US\$ 570 bilhões, o que representará crescente demanda por bens industriais, sobretudo produtos de metalurgia de ferrosos e não ferrosos, bens de capital e de cimento e materiais de construção.

Os sinais de que esse cenário deve realmente se efetivar são cada vez mais fortes. Por exemplo, a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação brasileira, em outubro, de acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada no início de dezembro, alcançou 80,5% (livre de influências sazonais e de calendário), o maior patamar do ano. Segundo a CNI, isso mostra que o setor industrial mantém a trajetória de recuperação sustentável e o crescimento do nível de uso da capacidade reflete a retomada do aumento das horas trabalhadas, sem representar perspectiva de pressões inflacionárias. "O investimento volta à pauta dos empresários", diz Marcelo de Ávila, economista da CNI. "Esse é um cenário positivo para a indústria e indica que o quadro vai prosseguir em 2010", adianta ele.

A indústria eletroeletrônica, responsável por um faturamento de R\$ 112,2 bilhões em 2009, também aposta no investimento como forma de ampliar sua produção e melhoria da capacidade instalada, em 2010. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), os investimentos para o próximo ano deverão chegar a 4% do faturamento (estimado em R\$ 124,9 bilhões), o que significa um aumento de 20% em relação a 2009. "São recursos que serão aplicados dentro da própria indústria eletroeletrônica para aumentar sua capacidade de modo a atender o crescimento da demanda interna. Os investimentos em infraestrutura e telecomunicações deverão crescer muito, devido à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016", explica Humberto Barbato, presidente da Abinee.

Outro setor promissor para a indústria eletroeletrônica, segundo o executivo, é o de petróleo e gás, que representa cerca de 30% do faturamento das empresas associadas da Abinee. "Queremos participar de, pelo menos, 10% dos projetos da Petrobras até 2013, ou seja, de algo em torno de US\$ 170 bilhões", diz Barbato. Nada de surpreendente nesse interesse, indica ele. "A indústria eletroeletrônica tem que andar na frente do crescimento do PIB. Não podemos fazer investimentos atrás do restante da indústria. Queremos apoiar as empresas que desejam aumentar sua capacidade instalada. Temos que estar à frente dos demais setores da economia para atender essa demanda", afirma.

A Fiesp confia na recuperação do desempenho industrial a partir do próximo ano, observa Coelho. A previsão da entidade é que a produção industrial avance 12% em 2009, o emprego aumente 6,2% (superior à queda de 4,7% em 2009), e a formação bruta de capital fixo cresça 19,6% em 2010, compensando a baixa de 14,6% registrada este ano.

Mas essa trajetória de crescimento não está livre de obstáculos. Somando-se à questão cambial, há o custo de capital. "Além de termos uma taxa de juros muito alta, o spread bancário brasileiro é muito acima do que é praticado em outros países competidores. Chega a ser 5% acima da média de 40% registrada na economia mundial. Para investir, uma empresa precisa tomar dinheiro no mercado de capitais e aplicar em máquinas, equipamentos ou em infraestrutura. Esse custo não oferece qualquer atratividade", diz Coelho. Por fim, indica o diretor da Fiesp, tem um terceiro complicador, que é a tributação brasileira. "É uma carga tributária muito elevada", afirma.

Projeto PIB, realizado pela Fundação Universitária José Bonifácio, com apoio do BNDES, debate os grandes obstáculos, as estratégias e as novas políticas para sustentar o desenvolvimento.

Foco no planejamento (Valor Econômico) 14/12/09

Por Ediane Tiago, para o Valor, de São Paulo

Planejar e agir são palavras de ordem no período pós-crise e o Brasil encontra-se em um raro momento para estabelecer boas bases para o desenvolvimento sustentável. A combinação de fatores como estabilidade econômica, aumento do consumo interno, descoberta de petróleo na camada pré-sal e conquista do grau de investimento coloca o país em evidência no cenário internacional. Apesar do otimismo, também é preciso avaliar o tamanho dos desafios.

O panorama favorável e os grandes entraves a enfrentar serão debatidos hoje no seminário "Perspectivas do Investimento no Brasil: Indústria, Infraestrutura e Economia do Conhecimento", promovido pelo Valor, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo.

Entre os gargalos, destaca-se a falta de planejamento a longo prazo - visão de futuro que traria bagagem suficiente para articular governos e iniciativa privada em estratégias capazes de tornar a economia mais competitiva. Nos bastidores, universidades esmeram-se em estudos para avaliar as oportunidades. "O planejamento é o ponto central. Só com ele

daremos passos seguros para o futuro", afirma David Kupfer, coordenador-geral do Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil (PIB), realizado pela Fundação Universitária José Bonifácio, com apoio financeiro do BNDES e coordenação dos institutos de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Kupfer diz que a pesquisa é uma reflexão sobre o crescimento do Brasil em médio e longo prazos, com foco na análise do investimento produtivo. Levanta a discussão sobre oportunidades, ameaças, estratégias e políticas para o desenvolvimento. Aborda também as mudanças estruturais que podem garantir o avanço do país. "A crise trouxe novas questões. Está na hora de entendermos quais direções devemos tomar. A ênfase deve ser a de planejar e retomar a trajetória de crescimento."

A análise envolveu o trabalho de mais de 80 pesquisadores em todo o Brasil. Está estruturada em três grandes blocos - infraestrutura, indústria e economia do conhecimento. A pesquisa foi financiada por recursos do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), criado em 2008 pelo BNDES para apoiar a realização de estudos técnicos e a elaboração de projetos de infraestrutura, logística, energética, social e urbana. "A vantagem é que o fundo financia estudos para a sociedade. As informações são públicas, os pesquisadores têm liberdade dentro da linha de pesquisa e os resultados não refletem as diretrizes nem as opiniões do BNDES", diz Kupfer. O próprio BNDES admite que é urgente a reflexão sobre os rumos de desenvolvimento do país. O Brasil precisa formatar políticas industriais robustas. "O momento é oportuno, mas os desafios são enormes", avalia João Carlos Ferraz, responsável pela área de planejamento, pesquisa econômica e gestão de risco do BNDES.

A equipe econômica da instituição trabalha com números que mostram as possibilidades de investimento. No pré-crise, o volume de projetos mapeados pelo BNDES chegou a R\$ 1,5 trilhão para o período entre 2009 e 2012. Essa expectativa envolvia os frutos da pujança econômica vivida entre 2006 e o terceiro trimestre de 2008, quando as altas taxas de crescimento da economia foram combinadas com um processo contínuo de expansão de investimentos. Segundo publicação do BNDES, nesse período a formação bruta de capital fixo do país cresceu acima do PIB, configurando o maior ciclo de investimentos realizados nos últimos 30 anos.

No final de 2008, a previsão para o quadriênio 2009-2012 sofreu os impactos da crise e caiu um pouco. Nessa fase, as propostas firmes já somavam R\$ 1,3 trilhão de investimento para o mesmo período. Os números mostram boa capacidade para manutenção dos planos. Enquanto algumas áreas tiveram projetos adiados ou cancelados, segmentos como o de petróleo e gás ganharam novos aportes. Segundo informações do Projeto PIB, esse setor investiu US\$ 222,9 bilhões entre os anos de 1954 e 2007. Para o período 2009-2013 estão previstas inversões de US\$ 174,4 bilhões (cerca de US\$ 100 milhões por dia).

O apetite de alguns setores deve fazer com que a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) fique na casa de 20,8% em 2012. "Um dos desafios é fazer com que os investimentos sejam cada vez mais eficientes para o país, reduzindo os custos do capital e atraindo novos aportes", diz Ferraz. Segundo o IBGE, a taxa de investimento em setembro estava em 17,7% do PIB.

A lição também é apontada no bloco infraestrutura do Projeto PIB, coordenado pelo economista Helder Queiroz, da UFRJ. As grandes obras de saneamento e transporte, por exemplo, atravessam limites de Estados e municípios. "Investimentos em estradas não podem ser isolados. Se a via começa em um Estado e termina em outro, o ideal é que os aportes sejam combinados, resolvendo com maior eficiência o problema", destaca Queiroz. O mesmo se repete no saneamento. "É comum um município empreender esforços para tratar 100% do esgoto, enquanto o vizinho vai poluindo a bacia."

A infraestrutura é um problema importante e a solução vai além da aplicação de recursos. A área concentra 70% das inversões previstas no Brasil, de acordo com Queiroz. Logística, infraestrutura urbana e energia devem atrair R\$ 730,7 bilhões até 2012. "É preciso definir políticas públicas setoriais capazes de aproveitar ao máximo essa capacidade de investimento, articular poderes e também enfrentar de frente as questões ambientais", afirma Queiroz, lembrando que todos os projetos devem ter preocupação com a sustentabilidade.

Ferraz, do BNDES, diz que é preciso encontrar meios de transformar crescimento econômico em desenvolvimento sustentável. "É uma questão de aculturar os brasileiros. Além dos grandes projetos terem esse foco, os pais têm de exigir qualidade nas escolas, contribuir para que seus filhos estudem mais e ainda entender que não podem jogar lixo na rua. É preciso formar cidadãos para o país que pretendemos ter", argumenta.

A questão da educação básica é o maior gargalo para o bloco que discute economia do conhecimento, coordenado por José Eduardo Cassiolato, da UFRJ. Segundo ele, apesar de o Brasil ter avançado em setores como o de software e biotecnologia, as deficiências educacionais prejudicam a formação de cientistas e engenheiros. "Não podemos olhar os

indicadores apenas do ponto de vista dos investimentos em pesquisa e inovação. As frentes de formação básica, técnica, graduação e pós-graduação devem estar integradas para prover profissionais capacitados", defende.

Ele cita os investimentos anunciados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por países como a China. Os chineses, segundo ele, destinaram 30% dos aportes previstos em seu pacote anticrise para tecnologias capazes de prover maior eficiência energética em sua matriz. Na Coreia, 90% dos recursos foram destinados a tecnologias capazes de transformar os meios produtivos, buscando também eficiência. Nos EUA, recursos em P&D entraram no plano emergencial e, em todo mundo, despontam projetos ligados a segmentos como nanotecnologia e evolução verde. "Temos de investir e ficar atentos aos segmentos nos quais já somos competitivos", ressalta.

Um dos entraves é o volume de investimentos em P&D. Quando comparado ao PIB, o montante está na casa de 1%, quando o mínimo deveria ser 2%, na opinião de Cassiolato. Na China, um plano robusto para a área da ciência prevê uma evolução gradual nos investimentos em P&D, que vão passar de 1,1% do PIB, em 2004, para 2% em 2020.

Fernando Sarti, economista da Unicamp e coordenador do bloco indústria do Projeto PIB, acredita que é preciso investir para ampliar a competitividade, dinamizar a demanda e atuar junto aos setores de infraestrutura, construção civil e exploração de petróleo e gás para proteger a indústria brasileira das importações. "Temos potencial para atrair R\$ 160 bilhões de investimentos para nossa indústria nos próximos quatro anos", afirma.

Leilão de papéis da empresa gira R\$ 125,1 milhões (*Valor Econômico*) 14/12/09

Ana Paula Ragazzi, de São Paulo

Diante da forte procura, o leilão de venda das ações do controlador da American Banknote (ABNote) na bolsa terminou com a elevação do preço e da quantidade de ações ofertadas.

Inicialmente, a venda era de 5,8 milhões de ações, a R\$ 17,20 cada uma. Mas a operação terminou com 6,759 milhões de papéis vendidos, ou 16% mais, informou a bolsa. Cada um deles saiu por R\$ 18,51, o que representou um ágio de 7,6%. A operação movimentou R\$ 125,11 milhões, 90% do volume negociado pelo papel na sexta-feira.

Com a realização do leilão, o fundo de participações ABN Equities deve ter praticamente zerado a posição acionária na ABNote. Quando a empresa estreou na bolsa, em 2006, o fundo possuía 32,79% da companhia, mas desde agosto vem vendendo ações na bolsa, em lotes mensais. O último relatório entregue à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), referente a novembro, assinalava fatia de 20,4% para o fundo, mas informações de mercado eram de que ela já havia sido reduzida nos primeiros pregões de dezembro. A quantidade vendida sexta-feira representa cerca de 13% do capital.

Investidores como GAS, Rio Bravo, Pavarini e DEC aproveitaram as vendas do ABN para aumentar as suas participações. Como há meses o principal acionista fazia vendas constantes, analistas consideravam que as cotações estavam pressionadas nos últimos tempos.

Valorização cambial é a principal barreira ao novo ciclo de expansão (*Valor Econômico*) 14/12/09

De São Paulo

O cenário favorável à indústria brasileira para 2010 traz embutido um grande desafio a ser vencido, que é a apreciação do real. Há o risco de que uma parcela considerável dessa expansão de demanda seja desviada para o exterior, com aumento das importações.

"A excessiva valorização cambial é o principal obstáculo à construção de um novo ciclo de crescimento econômico no Brasil sustentado na demanda doméstica, via aumento de consumo e de investimentos", avalia Fernando Sarti, professor do Instituto de Economia/Unicamp, na apresentação que faz hoje no seminário "Perspectivas do Investimento no Brasil: Indústria, Infraestrutura e Economia do Conhecimento", em São Paulo. Segundo Sarti, experiências recentes mostram que a forte valorização cambial vivenciada pela economia brasileira desde 2003 reduziu os efeitos de encadeamento intraindustrial e da indústria com a economia.

"Nosso temor é o seguinte: a economia brasileira deve voltar a crescer com os investimentos previstos para infraestrutura, para extração de petróleo e gás na camada do pré-sal, para a construção civil e também para aumentar a capacidade produtiva local. Mas se a oferta de bens e serviços vier do exterior, a indústria brasileira pode perder uma oportunidade histórica de engendrar um padrão de desenvolvimento próprio, de gerar mais emprego e de criar um mercado doméstico forte. Trata-se de uma decisão estratégica que temos que enfrentar", afirma Sarti.

Para José Ricardo Roriz Coelho, diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a valorização cambial funcionou muito bem no período da estabilização da economia, tendo um papel preponderante para que Brasil pudesse manter a inflação sob controle. "Mas hoje é um dos mecanismos de competitividade de vários países que concorrem conosco. E o Brasil foi um dos países que mais valorizou o câmbio depois da crise econômica, isso tirou a competitividade do mercado brasileiro de exportação e aumentou as nossas importações. É um problema muito sério que temos que atacar."

O obstáculo do câmbio é importante, assim como o custo do dinheiro e a tributação, mas isso não diz tudo, analisa o professor Fernando Sarti. "É preciso pensar em outros instrumentos que possam aumentar a capacidade competitiva da indústria brasileira", sustenta. "Se o câmbio não está ajudando, podemos aumentar nossa capacidade de escala, capacitar mais empresas e grupos nacionais para enfrentar a concorrência internacional", diz ele, citando como exemplo a compra das Casas Bahia pelo Grupo Pão de Açúcar.

"Esse processo de consolidação no grande varejo poderia reforçar a inserção comercial lá fora de pequenas e médias empresas em setores pouco exportadores, como as indústrias de alimentos, bebidas, têxtil, vestuário, calçados e de insumos básicos. Ou seja, a consolidação pode ser um instrumento estratégico para ampliar a capacidade produtiva das indústrias e fortalecer nossa competitividade no plano externo", afirma. (G.C.)

Coomex pretende negociar até 400 MW em leilão de eólicas (*CanalEnergia*) 14/12/09

Empresa entra no certame representando 25 projetos em quatro estados e avalia que um preço de R\$ 170 por MWh viabilizará projetos da companhia

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Coomex pretende comercializar até 400 MW no leilão de energia eólica, que acontece nesta segunda-feira, 14 de fevereiro. Segundo o diretor comercial da empresa, Cláudio Monteiro da Costa, a comercializadora representa 25 projetos inscritos no certame. Para ele, um preço de até R\$ 170 por MWh pode viabilizar as usinas - localizadas nos estados do Sergipe, da Bahia, do Rio Grande do Sul e do Ceará.

A novidade, conta, é que a Coomex está participando como sócia dos projetos previstos para o Sergipe. A exemplo do que preparou no leilão de reserva de biomassa, a Coomex montou um espaço próprio para acompanhamento do leilão, no hotel WTC, em São Paulo. Para Monteiro, os empreendedores "estão animados para colocar os projetos e fechar contratos de 20 anos", e acredita que a demanda a ser contratada deve fixar entre os 1 mil e 1,5 mil MW. No entanto, caso o preço da energia desça abaixo da barreira dos R\$ 170 por MWh, alguns dos investidores vão de retirar da disputa.

Valor de dívida cresce mais do que renda (*Folha de SP*) 13/12/09

Para especialistas, descompasso em relação à capacidade de pagamento deve gerar uma elevação na inadimplência em 2010

Governo avalia que aumento no crédito para o consumo foi fator importante para tirar o país da recessão verificada na virada do ano

EDUARDO CUCOLO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O número de brasileiros com dívidas acima de R\$ 5.000 mais que dobrou nos últimos cinco anos, segundo dados do Banco Central. Para algumas dessas pessoas, isso significou o acesso, pela primeira vez, a crédito para aquisição da casa própria ou do primeiro veículo.

Outros, no entanto, entraram nas estatísticas oficiais devido ao acúmulo de dívidas e a prestações não pagas.

Os dados oficiais sobre o sistema bancário confirmam essas duas interpretações. Por um lado, mostram que o aumento no crédito para pessoa física ocorreu, principalmente, nos segmentos imobiliário e consignado, aqueles que têm juros menores e desequilibram menos o orçamento familiar, quando bem planejados.

Também mostram, no entanto, que o valor total da dívida dos brasileiros cresceu mais do que a renda dos trabalhadores. Além disso, a inadimplência continua próxima dos patamares recordes alcançados no período mais agudo da crise.

Em setembro deste ano, aproximadamente 23 milhões de pessoas físicas tinham empréstimos, ou dívidas, que somavam R\$ 5.000 ou mais, de acordo com dados do SCR (Sistema de Informações de Crédito do BC). Isso representa mais de 10% da população brasileira. Há cinco anos, eram menos de 10 milhões de pessoas.

Juntos, esses clientes têm R\$ 430 milhões em crédito, o que representa 70% do estoque de empréstimos existente no sistema financeiro para as famílias brasileiras. São cerca de R\$ 20 mil por devedor.

Nem a crise financeira conseguiu interromper essa expansão. Entre setembro de 2008 e setembro deste ano, o número de "grandes e médios" endividados subiu 22%. Foram quase 4 milhões de brasileiros a mais que assumiram dívidas acima desse valor, praticamente o mesmo número verificado nos 12 meses anteriores.

Aspecto positivo

Para o governo, esse movimento se deve a um aspecto positivo. O aumento no crédito para o consumo foi um fator importante para tirar o país da recessão verificada na virada do ano. Além disso, com a retomada dos empréstimos, o consumidor conseguiu trocar dívidas mais caras, como a do cheque especial, por financiamentos mais baratos. O advogado Ricardo William Camasmie, por exemplo, aproveitou os benefícios fiscais e o fato de estar com as contas em dia para entrar novamente em um financiamento de veículo. "É uma coisa de cada vez. Eu já tinha quitado o veículo anterior e não tinha mais dívidas."

Alguns especialistas apontam, porém, para os riscos do cenário atual, no qual o crescimento das dívidas acontece mais rápido do que o avanço dos salários. Para o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, esse descompasso em relação à capacidade de pagamento deve levar a um aumento na inadimplência em 2010. Depois de bater o recorde na metade do ano, o volume de empréstimos em atraso teve um pequeno recuo nos últimos meses.

"Esse movimento de queda da inadimplência vai se interromper em breve, devido à piora que estamos vendo na qualidade do crédito e à disparidade entre o endividamento e a renda das pessoas", diz Rabi.

Perfil saudável

Para o economista Altamiro Carvalho, da Fecomercio SP, a cautela por parte do próprio consumidor e as regras rígidas do sistema bancário fazem o mercado brasileiro de crédito ainda apresentar um perfil bastante saudável.

Segundo ele, o risco de que haja um aumento maior da inadimplência vai depender do crescimento da economia no próximo ano, que precisa voltar a puxar a massa salarial.

Apesar de o trabalhador estar mais endividado, os dois especialistas descartam problemas semelhantes ao que ocorre nos EUA, onde o descontrole no mercado de crédito levou à chamada crise do "subprime".

As estimativas hoje são que os brasileiros comprometam entre um terço e 40% da sua renda com o pagamento de prestações, o que é considerado um percentual adequado para os níveis internacionais. "O nosso nível de endividamento ainda é muito baixo. Estamos muito mais para Japão do que para EUA", diz Carvalho.

Painel (Folha de SP) 13/12/09

RENATA LO PRETE - painel@uol.com.br

Formiguinha

Enquanto outros poderão se permitir a tradicional desacelerada entre o Ano Novo e o Carnaval, Dilma Rousseff emergirá dos dez dias de férias que pretende tirar a partir do Natal para cair num extenso programa de viagens nacionais a cada fim de semana. A caravana será voltada sobretudo à militância petista, numa espécie de aquecimento para o 4º Congresso do PT, em 18 de fevereiro, no qual a ministra será aclamada candidata do partido à presidência.

O roteiro deve começar por praças vizinhas a Brasília, mas depois Dilma deve concentrar as visitas em SP, Minas e Rio, Estados em que o partido precisa de "uma força extra", nas palavras de um dirigente.

Fala... Petistas envolvidos na preparação da campanha de Dilma argumentam que a turnê pelos Estados pode oferecer, em algumas praças, a oportunidade de dedicar uma atenção extra ao aliado PMDB, agora "traumatizado" pela declaração de Lula sugerindo uma lista tríplice de candidatos do partido a vice na chapa da ministra.

...que eu te escuto. Os peemedebistas já anotaram no caderninho duas rasteiras de Lula. Semanas antes de insinuar que não caberá ao partido escolher o nome do companheiro de chapa de Dilma, o presidente fez a declaração: "Se Jesus Cristo viesse para cá, e Judas tivesse a votação num partido qualquer, Jesus teria de chamar Judas para fazer coalizão". Na época, ninguém teve dúvidas sobre quem era Judas.

No clima. Dilma completa amanhã 62 anos. Vai comemorar chefiando a delegação brasileira em Copenhague.

Para o abraço. Enquanto isso, Lula dará um tempo do azedume da política. Amanhã, receberá o time do Flamengo com a taça do Brasileirão.

Azedou. Não foi tanto quanto o PMDB, mas também José Serra terminou a semana contrariado com Lula. O presidente acusou o governador de "pequenez" porque teria dito a uma rádio que sua cinebiografia visava ajudar Dilma. Mas, na referida entrevista, o tucano disse apenas que o filme era sobre a vida de Lula, não sobre eleição.

Pote de mágoa. A escolta do secretário da Segurança de São Paulo sempre foi feita por policiais militares e civis. Recentemente, Antonio Ferreira Pinto decidiu que a sua empregará apenas a PM. A exclusão calou fundo na Civil.

Relâmpago. José Roberto Arruda decidiu testar o humor das ruas no dia seguinte à desfiliação do DEM. Sem avisar ninguém, o governador foi vistoriar uma obra perto do Lago Paranoá. Tão logo percebeu os primeiros sinais de aglomeração, deu o fora.

Férias coletivas. Para sossego do vice Paulo Octávio, até agora preservado pelo DEM, o partido não pretende reunir sua Executiva Nacional antes de fevereiro de 2010.

Varredura. Quem conhece o mercado de grampos de Brasília acha difícil que venha à tona imagem ou áudio de peso contra "PO". Se existiu, diz o araponga, já sumiu.

Pé de meia 1. Leonardo Prudente (DEM), o distrital flagrado com mensalão na meia, declarou à Justiça Eleitoral ser dono da 5 Estrelas Sistema de Segurança, empresa com faturamento anual de R\$ 2,5 mi em contratos com os ministérios da Previdência e de Minas e Energia. Ganhou ainda contratos, sem licitação, no governo do DF.

Pé de meia 2. Em 2008, o TCU mandou suspender dos pagamentos do Ministério de Minas e Energia à 5 Estrelas por suspeita de irregularidade na contratação de bombeiros brigadistas. O tribunal estranhou o fato de a empresa ter vencido a licitação oferecendo preço R\$ 103 mil mais elevado que o da concorrente.

com SILVIO NAVARRO e LETÍCIA SANDER

Tiroteio

"A verdade é que o Lula almoçou aquele pessoal do PMDB que a Dilma chamou para jantar."

Do governador ROBERTO REQUIÃO (PR), pré-candidato à Presidência, ironizando correligionários que meses atrás se sentaram à mesa para firmar "pré-aliança" com a candidata do PT; na quinta, Lula sugeriu que o vice será do PMDB, mas não necessariamente escolhido pelo partido.

Contraponto

Arruda arrependido

Um dia depois de José Roberto Arruda ter pedido desligamento do PSDB, em abril de 2001, em decorrência da violação do sigilo do painel de votação do Senado, dois políticos conversavam sobre o futuro do então senador. O primeiro fez uma previsão algo surpreendente:

-Quer saber? Eu acho que esse aí volta logo, logo...

-Mas com toda a repercussão? Com base em que você está dizendo isso?- perguntou o segundo.

-Com base na minha empregada.

Diante do olhar intrigado do colega, ele explicou:

-Adivinha quem bateu na porta da casa dela às seis da manhã hoje? O Arruda! Disse que queria pedir desculpas.

Nanica, eólica tenta crescer com 1º leilão (Folha de SP) 13/12/09

Especialistas esperam que energia se firme como complemento limpo à hidráulica, mas cobram do governo política de longo prazo

Mercado estima que sejam contratados amanhã, no 1º pregão específico para eólicas, 2 GW, o que daria para abastecer 8 mi de pessoas

NATÁLIA PAIVA COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Com o primeiro leilão específico para a compra de energia eólica, que será realizado amanhã, empresários, fabricantes e especialistas esperam que a energia gerada a partir do vento se firme como um complemento limpo à hidráulica, principal fonte energética do país. O objetivo do leilão é a compra, pelo governo, de energia extra para o sistema nacional interligado.

Mas, para que o setor decole, avaliam ser necessária uma política de longo prazo por parte do governo -ausência que ainda afeta investimentos em parques e fábricas, segundo eles.

O sucesso do leilão, que teve 339 projetos habilitados (10 GW), pode dobrar o faturamento do mercado, ao fazê-lo movimentar mais de R\$ 5 bilhões até 2012, diz Lauro Fiúza, presidente da Abeeólica, associação do setor. O mercado prevê contratação de até 2 GW (o que daria para abastecer cidade com 8 milhões de habitantes).

Na semana passada, a menos de sete dias do leilão e já no início da conferência do clima de Copenhague, o governo isentou os aerogeradores, permanentemente, do pagamento de IPI -o que atingirá apenas duas fabricantes, as únicas no país.

"É uma sinalização excelente para o setor, pois demonstra preocupação do governo. Mas o ideal é que a desoneração seja em nível de cadeia", diz Tadeu Matheus, da Wobben. A capacidade de produção da empresa de aerogeradores é de 500 MW por ano. "Mas poderá ser ampliada, caso haja sinalização de políticas de Estado visando fornecimento constante e regular. Produzimos muito menos que a capacidade instalada." Avaliação semelhante faz a Abeeólica. Só neste ano, foram inauguradas 15 usinas, aumentando a capacidade eólica instalada para 602 MW -número aquém da meta inicial do Proinfa, programa de fontes alternativas do governo que, ao comprar 1.423 MW em 2004, deu o primeiro empurrão para o setor.

O atraso do programa, cuja meta inicial era 2006, ocorreu porque foi preciso criar estrutura legal e confiança do investidor, diz Hamilton Moss, do MME (Ministério de Minas e Energia). As principais travas foram a exigência de índice de nacionalização dos projetos (quando havia poucas fábricas), atrasos em financiamentos e comercializações de licenças.

Vento complementa água

Maurício Tolmasquim, presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), e Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ e ex-presidente da Eletrobrás, afinam o discurso a favor da energia eólica como bom complemento às hidrelétricas. É que os ventos são mais intensos justamente no período em que chuvas escasseiam.

"Suponha que esteja ventando muito à noite, num horário em que não se precisa de muita energia. Você pode desligar algumas turbinas e deixar encher os reservatórios, usando, no lugar, a eólica", diz Pinguelli.

Enquanto a maioria dos países precisa investir pesadamente em energia renovável para cumprir suas metas de redução de emissões de carbono, o Brasil, não. É que só 3% das emissões brasileiras vêm da geração elétrica. E quase 87% da matriz elétrica do país é renovável (a média mundial é 18%).

O problema é que essa matriz limpa pode se "sujar", caso aumente a participação de combustíveis fósseis: no Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017 da EPE, prevê-se que as térmicas a óleo combustível passarão de 1,49% para 5,7%. Além de emitir CO₂, são caras, quando acionadas. Em 2007, o acionamento de 12 meses gerou gasto de R\$ 2 bilhões.

Planejamento

Uma expectativa oficial em longo prazo para o setor está no Plano Nacional de Energia, o PNE 2030, de 2005: estimava-se que, até lá, atingiria-se 4,6 GW. Hoje, o governo já espera que essa meta seja atingida ao menos dez anos antes. Desde 2003, tramita na Câmara o projeto de lei 630, marco legal das fontes eólica e solar, que estabelece metas, desonerações, apoio ao desenvolvimento tecnológico, incentivo à pequena geração. Mês passado, foi aprovado em comissão especial e seguiu para o plenário.

Para "bombar" o setor, a Abeeólica defende o planejamento de leilões anuais; a certeza da continuidade atrairia investidores. "Tem de fazer leilão anual, mas forçar o preço para baixo. Não é porque a eólica é boa que temos de pagar fortunas", diz Pinguelli. O preço máximo hoje é de R\$ 278 (contratos do Proinfa). No leilão, será de R\$ 189. Na hidrelétrica, varia de R\$ 70 a R\$ 100.

Tolmasquim, da EPE, diz que "não há decisão formal", mas há "tendência" de que haja outros leilões. Moss, do MME, pondera que a fixação de leilão anual melhoraria para o investidor, mas engessaria as possibilidades de reduzir custos.

País está 11 anos atrás da Índia, diz especialista (Folha de SP) 13/12/09

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Para o mercado brasileiro de energia eólica deixar de ser apenas uma boa promessa e, de fato, "decolar", o governo precisa pensar a longo prazo, traçando metas para a capacidade instalada e políticas de estímulo à indústria, afirma Steve Sawyer, secretário-geral do Conselho Global de Energia Eólica, em Bruxelas. Ele compara o Brasil à China de

2004 e à Índia de 1998, em termos de organização de mercado. Nos primeiros seis meses do ano, a China acrescentou mais de 4.000 MW à sua capacidade instalada, e a Índia, 700 MW, disse por telefone, de Nova Déli, à Folha. (NP)

FOLHA - Em qual estágio está o mercado de eólica no Brasil, quando comparado a outros emergentes?

STEVE SAWYER - Está começando a decolar. Esperamos o mercado no Brasil decolar já faz um tempo, mas neste ano há muitas construções e, com o leilão de novembro e a legislação passando no Congresso [PL 630/ 03], esperamos que o Brasil esteja próximo do que seria o mesmo estágio da China em 2004 e da Índia de 1998. Mas o país tem sorte de ter a matriz hidrelétrica que tem, então possui uma rede de energia limpa há algum tempo. Agora, com a necessidade de outras fontes, creio que o vácuo possa ser preenchido com vento.

FOLHA - O que impediu o Brasil de avançar antes e o que impede um crescimento mais rápido?

SAWYER - Por muito tempo o país confiou bastante na matriz hidrelétrica, que supre a maior parte das necessidades do país. Mas, nos últimos cinco anos, creio que o país atingiu o limite. Tanto em termos de crescimento dramático da demanda, provocado pela expansão econômica do país, como pelas mudanças climáticas, que estão deixando as hidrelétricas menos confiáveis. Então, há necessidade de novas fontes. Embora haja termelétricas sendo construídas, creio que o melhor é investir mais em energia limpa, como a eólica, e creio que muita gente concordaria comigo, especialmente no Nordeste.

FOLHA - Quais medidas o governo pode tomar para incentivar o setor?

SAWYER - Creio que o leilão é um bom começo. Mas acredito que o principal é ter uma política estável de longo prazo para o desenvolvimento da eólica. O Proinfa foi um início, teve seus problemas. Mas o principal de que o Brasil precisa, na minha opinião, é uma meta de longo prazo que o governo deveria atingir. Por exemplo, tantos megawatts até 2015, ou 2020, ao lado de políticas de longo prazo em termos de preço, acesso a redes de transmissão, desenvolvimento de usinas, o que atrairia realmente muito investimento, interno e externo, e construiria uma indústria de fabricação, instalação e operação. Isso começa a ocorrer.

Sei que grandes "players" têm olhado com atenção o mercado brasileiro e creem que a hora é certa [nas últimas semanas, três fabricantes anunciaram que abrirão fábricas no país, segundo a Abeeólica].

Compromisso com o futuro (O Estado de SP) 13/12/09

Ministra enfatiza que o Brasil chega a Copenhague como pioneiro em soluções para o aquecimento global

Dilma Rousseff* - O Estado de S.Paulo

A 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que termina esta semana em Copenhague, é daqueles momentos em que a História nos desafia ao máximo. A crise do aquecimento global exige respostas firmes, conjuntas e consequentes, por parte de todos os países e governos. Limitar o aumento da temperatura neste século a no máximo 2°C, reduzindo as emissões de gases que provocam efeito estufa, é um objetivo possível e necessário. Para alcançá-lo, temos de firmar um compromisso urgente dos países industrializados, sem exceções, com a redução de suas próprias emissões e com a garantia do financiamento às ações necessárias nos países em desenvolvimento.

Deter o aquecimento global é uma responsabilidade comum, mas diferenciada em relação ao papel de cada país ou grupo de países, além de estar vinculada às realidades específicas de desenvolvimento econômico e social de cada um. Não se podem cobrar sacrifícios iguais de quem participou desigualmente do processo de desenvolvimento industrial e acumulação de riqueza ao longo de séculos. Copenhague será um avanço se os países que acumularam riqueza, historicamente, à custa da degradação ambiental, colocarem na mesa metas de redução de emissões. Números robustos, à altura do desafio comum e da dívida acumulada com o planeta.

Coerentemente, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estabeleceu que os países industrializados devem adotar metas absolutas de redução para o conjunto de suas economias. E os países em desenvolvimento devem definir ações voluntárias em setores por eles determinados, em intensidade mensurável. Espera-se que até 2020 os países mais ricos reduzam suas emissões de CO2 em 40% em relação ao ano de 1990, que respeitem o Protocolo de Kyoto e que mantenham um fundo público permanente para financiar ações de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento. Estes países precisam ser apoiados para ter oportunidade de crescer e atender suas demandas sociais, sem agravar a situação ambiental.

Graças às ações que adotamos internamente e à persistência com que conclamamos os demais países a um esforço compartilhado de controle do clima, o Brasil deixou de ser parte do problema do aquecimento global para se tornar respeitado como impulsionador de soluções negociadas. Temos a matriz energética mais limpa e renovável entre as maiores economias do mundo. Usinas hidrelétricas, biocombustíveis e outras fontes renováveis respondem por 45,9% de toda a energia consumida no Brasil. A média mundial é de 87,1% de utilização de fontes fósseis, como petróleo e

carvão, contra 12,9% de fontes renováveis. Nos países da OCDE, a média piora para 93,7% de fontes fósseis, que agravam o efeito estufa.

Nossa matriz energética limpa não caiu do céu. É o resultado do esforço de gerações na construção de usinas hidrelétricas e na produção de combustíveis renováveis. Fontes hídricas garantem 86% da geração de eletricidade no Brasil. Nos últimos 30 anos, a utilização de etanol combustível, anidro ou hidratado, evitou a emissão de mais de 850 milhões de toneladas de CO₂ à atmosfera.

O governo do presidente Lula valorizou e ampliou esse patrimônio nacional. Com a entrada em operação de novas usinas, acrescentamos 22 mil megawatts à oferta de energia hidrelétrica, entre 2005 e 2008. E contratamos mais 6.874 megawatts gerados por fontes alternativas, especialmente biomassa, o que corresponde à capacidade de geração de meia Itaipu. Criamos o Programa do Biodiesel e obrigamos, por lei, a adição do óleo vegetal ao diesel consumido no país. Incentivamos a produção dos automóveis com motores flex - que já são 94% dos carros vendidos hoje no País.

O Brasil, além do mais, acaba de dar a mais vigorosa resposta ao desafio de reduzir e conter o histórico processo de desmatamento da Amazônia - maior fonte de emissão de CO₂ em nosso território. A área de floresta derrubada caiu de cerca de 28 mil quilômetros quadrados em 2004, para 7 mil quilômetros quadrados em 2009. É o melhor resultado desde 1988, quando o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) começou a mensurar o desmatamento. O resultado deste ano confirma a sequência de reduções consistentes, iniciada em 2005. É o fruto da vigilância permanente, da repressão ao comércio ilegal de madeira e de políticas que valorizam a preservação da floresta.

O Brasil está no grupo de países dos quais se esperam ações voluntárias para mitigar a emissão de poluentes, mas não estão obrigados a fixar metas de redução. Nós decidimos ir além disso e apresentamos, em novembro último, a meta de reduzir as emissões em nosso país, entre 36,1% e 38,9%, até 2020. Vamos deixar de emitir cerca de 1 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente (t CO₂ eq), cumprindo um programa de ações voluntárias assim definido:

- Reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia e em 40%, no cerrado (corte de 669 milhões t CO₂ eq).
- Adotar intensivamente na agricultura a recuperação de pastagens, integração agricultura-pecuária, plantio direto na palha e fixação biológica de nitrogênio (corte de 133 a 166 milhões t CO₂ eq).
- Ampliar a eficiência energética, o uso de biocombustíveis, a oferta de hidrelétricas e fontes alternativas como biomassa, eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, e o uso de carvão de florestas plantadas na siderurgia (corte de 174 a 217 milhões t CO₂ eq).

A iniciativa brasileira reanimou as expectativas de sucesso em torno da Conferência do Clima, que estavam ameaçadas pela reticência de atores fundamentais, notadamente Estados Unidos e China. Imediatamente, outros países responderam com metas voluntárias em graus variados. E pela primeira vez na história das negociações sobre clima, os Estados Unidos apresentaram uma meta de redução de emissões.

É importante ter números na mesa, mas eles devem ser avaliados por seu alcance efetivo. Tomando como referência os níveis verificados em 1990 - como fazem os signatários do Protocolo de Kyoto - a proposta dos Estados Unidos equivale a cortar meros 4% de suas emissões. É decepcionante, para um país que responde por 29% das emissões globais. Será igualmente decepcionante se a União Europeia fixar objetivos abaixo das expectativas alimentadas nos últimos anos. E será totalmente frustrante se Copenhague der respostas financeiramente limitadas e institucionalmente incertas para o apoio às ações de mitigação nos países em desenvolvimento. Circunstâncias da economia mundial não justificam o abandono do planejamento multilateral adequado, de longo prazo e com respeito à soberania dos países.

O Brasil vai a Copenhague como o país que já promoveu a maior redução em suas emissões de CO₂. Fomos além de nossas obrigações e apresentamos, pioneiramente, metas voluntárias e ousadas para 2020. Fizemos nossa parte; esperamos o mesmo dos demais. Não podemos nos conformar com números mesquinhos, que não levem em conta o estoque acumulado no tempo nem os índices per capita de emissão de CO₂ de cada país. O futuro não nos perdoará se desperdiçarmos esta oportunidade de tornar o mundo melhor, ambientalmente mais seguro, para nós e para os que virão depois.

*Ministra da Casa Civil e chefe da Delegação Brasileira à 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Brasil faz 1º leilão de energia eólica (O Estado de SP) 13/12/09

Leilão pode gerar mais de R\$ 10 bilhões em investimentos e atrair para o País grandes fabricantes de equipamentos

Renée Pereira

Os 10 mil megawatts (MW) de projetos inscritos para o primeiro leilão de energia eólica do Brasil, marcado para amanhã, despertaram o interesse da indústria mundial de equipamentos elétricos. Empresas como a alemã Siemens, a argentina Impsa e a dinamarquesa Vestas planejam a abertura de fábricas no País para atender à demanda das novas usinas movidas a vento. Os projetos, no entanto, estão associados ao sucesso do leilão.

No total, 339 empreendimentos - com capacidade equivalente a mais de dois terços de Itaipu ou uma vez e meia o complexo hidrelétrico do Rio Madeira - foram habilitados para disputar contratos de fornecimento de energia durante 20 anos com as distribuidoras, a partir de 1º de julho de 2012.

No leilão, todos os investidores darão lances a partir do preço mínimo estipulado, de R\$ 189 o MWh. Vence aquele que oferecer o maior deságio. Essa energia será contratada sob a modalidade de "reserva" (acima da demanda do mercado) para dar segurança ao sistema nacional. Nesse caso, a compradora da energia é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), associação dos agentes do setor elétrico, que repassará o custo às distribuidoras.

É claro que nem todos os projetos sairão vencedores da disputa. "Se forem contratados entre 2 mil e 2,5 mil MW já será um sucesso estrondoso", afirma o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Lauro Fiuza. Isso significaria investimentos entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12,5 bilhões apenas para levantar as usinas, considerando que o custo de 1 MW está em torno de R\$ 5 milhões. Para Fiuza, o leilão dará uma boa sinalização sobre o futuro da energia eólica no Brasil.

Os fabricantes de equipamentos também estão de olho no resultado do leilão para definir estratégias. A Siemens espera ter bons números para convencer a matriz alemã a construir uma nova fábrica de aerogeradores no Nordeste. "Já levantamos possíveis locais para instalar a unidade", afirma o diretor de Energias Renováveis da empresa, Alan Rodriguez.

Segundo ele, o objetivo é ficar próximo das centrais elétricas e, ao mesmo tempo, ser atendido por um grande porto para facilitar possíveis exportações. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os dois Estados com maior número de projetos inscritos para o leilão são Ceará e Rio Grande do Norte, com 108 e 105 unidades, respectivamente, num total de 6.144 MW. "Agora vamos aguardar e ver o desempenho de nossos clientes na disputa."

A Vestas também tem planos de instalar uma unidade no Rio Grande do Norte. O anúncio foi feito no primeiro semestre deste ano à governadora do Estado, Wilma Faria. Procurada, a companhia preferiu não detalhar seus planos antes da realização do leilão.

No caso da argentina Impsa, que tem 25 mil MW instalados no mundo, a alternativa que vem sendo estudada para atender a demanda no mercado brasileiro é a ampliação da fábrica de Pernambuco, embora o Estado não tenha nenhum projeto no leilão. O diretor-geral da empresa, Luiz Pescarmona, explica que já tem tudo desenhado para a expansão da fábrica de Pernambuco se seus clientes vencerem a disputa.

A expectativa da empresa é gastar R\$ 200 milhões na ampliação, o que significaria 1.500 empregos diretos no Estado. "Para a energia eólica ser competitiva, os equipamentos precisam ser fornecidos localmente, já que a logística é muito complicada. As pás, de fibras de vidro, são muito delicadas e podem ser danificadas no transporte."

SEGURANÇA

Pescarmona destaca que, além do leilão, o Brasil precisa desenvolver uma política para a energia eólica que dê segurança aos fabricantes para se instalar no País (cuja potência eólica é de 143 mil MW). Mesma opinião tem Fernando Scapol, gerente-geral da Wobben, fabricante de aerogerador. Na avaliação dele, a adoção de um programa "forte e contínuo" seria fator primordial para reduzir o custos dos equipamentos e, conseqüentemente, da energia.

Para o leilão de amanhã, o governo definiu o preço inicial em R\$ 189 o MWh - considerado muito baixo por alguns investidores. O valor está bem acima do preço da energia hídrica (R\$ 78,87 o MWh, da Hidrelétrica de Santo Antônio, e R\$ 71,4, de Jirau, no Rio Madeira), mas abaixo do custo de geração das térmicas movidas a óleo combustível, contratadas nos últimos leilões de reserva, que pode chegar a R\$ 800.

Além disso, está muito menor do que no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), cujo preço estava em torno de R\$ 250 o MWh, lembra o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim. "Apesar disso, ainda há um amplo caminho para reduzir os custos das turbinas eólicas não só no Brasil, mas no mundo", diz o vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica (WWEA), Everaldo Feitosa.

Usina eólica substitui térmica a óleo (O Estado de SP) 13/12/09

Para a EPE, mudança pode reduzir a conta do consumidor

Wellington Bahnemann

O alerta amarelo acendeu no governo quando, em 2008, a operação das térmicas a óleo provocou fortes reajustes tarifários em 2009. Para evitar que isso se repita, o Ministério de Minas e Energia decidiu apostar na "energia de reserva", que é uma oferta adicional para atender a todo o sistema. Depois da biomassa, é a vez de o governo contratar a energia eólica "de reserva", no primeiro leilão desse tipo, a ser realizado amanhã.

Por terem custo de geração menor, os projetos eólicos diminuem a probabilidade de as térmicas a óleo, mais caras e sujas, entrarem em operação. Para o primeiro leilão, o governo fixou o preço-teto em R\$ 189 o MWh, bem inferior ao da geração das termoeletricas a óleo.

"A energia eólica pode ser um meio de reduzir a conta do consumidor, da mesma forma que a bioeletricidade", diz o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim.

Como os últimos leilões contrataram um volume de usinas a óleo acima do desejado, o ministério deve promover novas licitações para usinas eólicas e de biomassa. Apesar dos 10 mil MW habilitados para o leilão, a expectativa é que apenas 4 mil MW entrem na disputa, afirma o presidente da empresa de consultoria Andrade & Canellas, João Carlos Mello. Isso porque nem todos os investidores entregaram as garantias para participar do leilão - a portuguesa EDP, por exemplo, não apresentou as garantias por avaliar que o preço-teto de R\$ 189 o MWh não é remunerador.

"O leilão deve contratar entre 1 mil MW e 1,5 mil MW médios", afirma Mello. O Merrill Lynch-Bank of America e o Itaú Securities também estimam uma demanda de até 1,5 mil MW. Mas as estimativas podem ser conservadoras.

FRUSTRAÇÃO

Mello explica que o primeiro leilão de energia de reserva, em 2008, contratou 513 MW médios de usinas de biomassa, de um total de 1,5 mil MW médios que era demandado pelo governo.

"Como houve uma frustração na demanda nesse leilão, o governo pode transferir isso para essa licitação de energia eólica", justifica.

Para reforçar a segurança do sistema, especialistas acreditam que o MME possa demandar um volume pouco maior de energia eólica.

COMPETIÇÃO

Diante da perspectiva de baixa competição, os analistas do Itaú Securities estimam que o preço final do leilão deva ficar na faixa de R\$ 170/MWh a R\$ 180/MWh, um deságio entre 4,76% e 10,05%. Na mesma linha, o executivo da Andrade & Canellas também prevê um valor final de R\$ 180/MWh.

Nesse nível de preço, um dos principais fatores para determinar a rentabilidade dos empreendimentos é a eficiência de geração, medida pelo fator de capacidade.

Considerando um nível de eficiência de 40% e um valor entre R\$ 170/MWh e R\$ 180/MWh, a taxa interna de retorno real dos projetos ficaria entre 12% e 13%, nos cálculos dos analistas Marcos Severine, Eduardo Cancian e Mariana Coelho, do Itaú.

TURBINAS

Apesar de o fator de capacidade ser importante, o diretor geral da empresa australiana Pacific Hydro no Brasil, Mark Argar, diz que outros elementos devem ser considerados para determinar a competitividade de um projeto, como a quantidade de turbinas e torres que será comprada de fornecedores.

Ele explica que, para alcançar um fator de capacidade mais elevado, alguns projetos precisam de um número maior de aerogeradores, encarecendo o valor final da usina.

"Ter um número maior de aerogeradores implica maior gasto com equipamentos, compra de terra e despesas de conexão com a subestação", justifica. A Pacific participará do leilão com seis projetos, que somam 147 MW, nos quais prevê investir até R\$ 800 milhões.

"Se ele é o Lobão Mau, não sou a Vovozinha" (O Estado de SP) 13/12/09

Presidente do Ibama diz que licenciamento de Belo Monte é o mais difícil de sua carreira e considera normal a pressão de ministros e executivos

Lourival Sant'Anna

Há um mês, o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, marcou data para conclusão do licenciamento ambiental da hidrelétrica Belo Monte, no Pará: 16 de novembro. Foi o clímax das pressões do governo - ou de sua ala "desenvolvimentista". Em reação, o coordenador de Infraestrutura de Energia do Ibama, Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, e o diretor de Licenciamento, Sebastião Custódio Pires, deixaram os cargos.

Até hoje, a análise de Belo Monte, iniciada há pouco mais de seis meses, não foi concluída, derrubando todos os prazos do governo. "Minha vida está dura", confessa o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco. Em entrevista ao Estado, ele conta que se reuniu na terça-feira com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recomendou não protelar, mas também que "vale a pena perder alguns dias, meses que sejam, para ter uma coisa de qualidade incontestável".

Trabalhando com licenciamento ambiental há 35 anos, Messias considera Belo Monte o caso "mais difícil" de sua carreira. Ele diz que o quadro de funcionários do Ibama será reforçado e explica os riscos do projeto. Messias considera "normais" a pressão e as pressões, diz que recebe telefonemas de ministros e executivos de empresas, mas avisa: "Se ele é o Lobão Mau, não sou a Vovozinha".

A seguir, a entrevista.

Quantas pessoas o Ibama tem para fazer licenciamento?

Cerca de 300.

Precisaria de quantas?

Se tivéssemos 600, seria muito melhor. Este mês temos autorização do Ministério do Planejamento para pegar mais 100 pessoas de um concurso recente e dessas, 50 vão para licenciamento. Passaremos para 350. Se o Brasil continuar crescendo do jeito que está, além de mais gente, precisaremos, principalmente, de gente treinada, bem paga e com equipamentos de sensoriamento remoto. O salário inicial é de R\$ 4 mil, enquanto na Agência Nacional de Águas, é por volta de R\$ 9 mil; na Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), R\$ 10 mil; a Polícia Rodoviária começa com R\$ 6 mil. Perdemos técnicos de nível superior, engenheiros bem preparados, para ser guarda rodoviário, que paga melhor. O Ministério do Planejamento tem prometido implantar o plano de carreira, com aumento de salários com o tempo, com mestrado, doutorado, etc.

Entre a gestão anterior, da ministra Marina Silva, e a atual, houve aceleração dos licenciamentos?

Eu participei das duas (era diretor de Licenciamento). Nosso trabalho está melhorando continuamente, porque as pessoas vão aprendendo com a prática. Quando vim como diretor de Licenciamento, em 2007, já havia grande quantidade de processos, um acúmulo de atrasos. Tivemos o concurso de 2008 e dissemos: "Vamos acelerar isso". Mas essa aceleração não pode perder qualidade. Esse é o desafio.

Vocês sofrem pressão?

Todos os empreendedores, públicos ou privados, do dono de padaria até a maior hidrelétrica ou a Petrobrás, no dia seguinte à apresentação do projeto começam a querer: "Cadê o meu?" E é normal. Por outro lado, você tem setores organizados da população, ONGs, Ministério Público, dizendo: "Não dê de qualquer jeito. Olhe os marcos legais". E a gente não pode abrir mão de jeito nenhum, senão está expondo o próprio sistema.

Como está sendo o processo de Belo Monte?

Trabalho com licenciamento há 35 anos. Belo Monte é o caso mais difícil da minha vida. É um projeto grande, num grande rio (Xingu), na Amazônia, uma área visada pelo mundo inteiro, que o Brasil tem de descobrir uma maneira de

explorar sem destruir, e com população organizada para resistir a uma série de crueldades do próprio sistema de ocupação. Há 20 anos, o projeto era um; foi transformado em outro para não atingir terra indígena e melhorou em muitos aspectos, mas, por outro lado, barra um rio grande, numa cidade (Altamira) que também cresceu muito nos últimos anos. Há algumas semanas eu conversava com o bispo de Altamira, Erwin Krautler, que dizia que quando chegou lá (há 44 anos), havia 4 mil pessoas; hoje, tem 70 mil. Então, ele tem uma preocupação legítima: e se vier mais gente, peões, com a construção? Tem razão em querer um plano de assistência social para essas pessoas.

Quais são os principais riscos de Belo Monte?

Os principais problemas que estamos discutindo no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) são: primeiro, na Volta Grande do Xingu, vai ter um trecho de 100 km cuja vazão ficará reduzida para usar a água para gerar energia. Estamos vendo quantos peixes e plantas e quantas espécies serão afetadas, e o que fazer para que o impacto seja o menor possível. Segundo, a qualidade da água na área alagada até perto de Altamira. Formar um lago em si não é ruim: as pessoas podem nadar, pescar, produzir. Entretanto, tem de provar que esse lago será de boa qualidade. Terceiro, as cerca de 12 mil pessoas que moram lá, em palafitas, beiras de igarapés, sem saneamento básico, devem ser reassentadas em condições melhores que as de hoje. O presidente Lula faz questão de dizer que as pessoas não podem ser arrancadas do lugar, mas recolocadas onde a vida pode ser melhor. Vai exigir novos bairros, novas cidades, com assistência, casas, estrutura. Na época do governo militar, saía a trator ou a bala, e tem muita gente traumatizada dizendo que vai ser igual. Só vamos dar licença se for mostrado que vai ser diferente.

Quanto tempo já dura esse licenciamento?

O último EIA tem pouco mais de seis meses que está no Ibama. Mas estamos conversando com a Eletrobrás, que é o empreendedor, desde o fim do ano passado, quando eles tiveram o termo de referência, ou seja, o que é importante.

É muito tempo?

Não, não é nada exagerado para um projeto dessa monta. Está sendo cauteloso. Tem de ter o diálogo. Vai chegar um momento em que vamos poder dizer: "Pode, não pode" e, principalmente, se puder, quais as condições para ser feito. Senão, o Ibama não dá a licença.

E quando sai?

Anteontem (terça-feira) me encontrei com o presidente Lula, que me recomendou cautela; que não tivesse exagero protelatório - e não vai ter -, mas tivesse todo o cuidado, porque é muito melhor, ainda que tome tempo, fazer a análise com cuidado e profundidade, dialogando com as pessoas que possam sentir-se afetadas, mostrando o porquê. Palavras dele: "Vale a pena perder alguns dias, meses que sejam, para ter uma coisa de qualidade incontestável". E é isso que vamos fazer. Não adianta ter uma licença que, por ter uma dúvida não respondida, no dia seguinte possa cair, ser impugnada. Minha vida está dura. Não tem ninguém me invejando neste momento.

Do governo, quem telefona para o sr.? Lobão, Dilma (Rousseff, da Casa Civil) já telefonaram?

Todos já telefonaram: Lobão, Dilma, ministros da Pesca, da Agricultura, das Cidades, dos Transportes. Minha reação é muito cordial porque eu compreendo a pressa, num país extremamente atrasado na sua infraestrutura. A impaciência é de fazer coisas. O grande desafio é fazer esse desenvolvimento de forma sustentável.

Lobão pediu desculpas?

Para mim, não. Ele não me fez nada pessoalmente. Tem gente que acha que ele é o Lobão Mau; como não sou a Vovozinha, não tem problema.

Receita para investir (O Estado de SP) 13/12/09

O governo do Estado de São Paulo recebeu R\$ 1,2 bilhão há três anos e meio pela venda do controle acionário da até então estatal estadual Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) para um grupo colombiano, mas reteve uma parcela significativa das ações da empresa. Pelo preço atual de mercado, as ações da empresa que continuam em poder da Secretaria da Fazenda valem R\$ 466 milhões.

Como a posse dessas ações não se deve a nenhum interesse estratégico do Estado na empresa, cuja gestão foi inteiramente privatizada, o governo paulista considera que sua venda e a aplicação do produto da venda em obras e

serviços públicos são mais proveitosas para a administração estadual e para os cidadãos do que sua retenção pela Secretaria da Fazenda. Por isso, o governador José Serra decidiu colocar à venda essas ações e outras que o governo do Estado - por meio da Secretaria da Fazenda ou de outros órgãos e empresas estaduais - tem em companhias privadas.

Dados da Secretaria da Fazenda mostram que o governo tem ações de mais de duas dezenas de companhias particulares, entre as quais um banco, empresas de telecomunicações, uma siderúrgica e uma indústria alimentícia. Isoladamente, são participações muito pequenas - o valor das ações que o Estado possui de cada uma dessas empresas não chega a R\$ 100 mil na grande maioria dos casos -, mas sua soma supera R\$ 1 milhão. Desse modo, o total de ações em poder da Secretaria da Fazenda alcança R\$ 467,3 milhões.

Também a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) tem ações da CTEEP e de outras empresas do setor elétrico, cedidas pelo governo do Estado para serem dadas como garantia de empréstimos concedidos pelo BNDES. São, em geral, ações de empresas que resultaram do desmembramento da Cesp e foram privatizadas. Entre essas empresas estão a Geração Paranapanema, a AES Tietê, a Eletropaulo, a EDP Energia do Brasil e a CPFL Energia. No total, as ações em poder do Metrô somam R\$ 326,7 milhões. Para vendê-las, o governo terá de negociar com o BNDES a troca de garantias dos empréstimos.

Outras empresas do governo paulista têm ações de empresas privadas e também poderão vendê-las. Por enquanto, a intenção do governo Serra é vender as ações em poder da Secretaria da Fazenda e do Metrô, cujo valor de mercado é de R\$ 794 milhões.

Se comparado com a receita tributária dos 12 meses encerrados em outubro, o valor é pequeno, pois corresponde a apenas 0,9% do que foi arrecadado no período. Mas ajuda a reforçar o caixa do governo do Estado, compensando parcialmente a perda de receita provocada pela crise. A intenção é utilizar o que for obtido com a venda dessas ações em investimentos durante 2010.

Já foi publicado o edital de licitação para a contratação de uma instituição financeira que ficará encarregada de avaliar o melhor momento para a venda das ações de empresas privadas de propriedade do Estado. O pregão eletrônico está marcado para o próximo dia 18. O governo do Estado espera assinar o contrato com a empresa vencedora logo no começo de 2010.

No ano passado, o governo do Estado de São Paulo tentou leiloar a Cesp, mas a operação fracassou. Como ainda está indefinida a renovação, pela União, da concessão das Usinas de Jupia e Ilha Solteira, que vence em 2015, não houve interessado disposto a depositar as garantias exigidas para participar do leilão.

Mas o Estado teve êxito na concessão de cinco trechos rodoviários, pelos quais recebeu R\$ 3,5 bilhões, que está investindo em estradas. Além disso, as empresas que venceram a licitação assumiram o compromisso de investir R\$ 8 bilhões na conservação e melhoria das estradas durante o período de 30 anos da concessão.

Também no ano passado o governo concluiu a venda, para o Banco do Brasil, de 71,3% das ações da Nossa Caixa, pelo valor de R\$ 5,386 bilhões. O pagamento, em 18 parcelas mensais, começou a ser feito em março deste ano.

Jogo de empurra das agências (O Estado de SP) 13/12/09

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou, terça-feira, o adiamento da 11ª Rodada de Licitações, que deveria ser realizada neste ano. Simultaneamente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou o cancelamento do leilão de energia nova, marcado inicialmente para o dia 18 e remarcado para dia 21 próximo. Nos dois casos, há um jogo de empurra: as agências reguladoras ignoram obrigações elementares, deixam de conferir previsibilidade aos leilões e pretendem transferir para terceiros o que é de sua estrita responsabilidade.

Desde que vige a Lei do Petróleo, de 1997, a ANP realiza leilões anuais em que os investidores já pagaram mais de R\$ 5 bilhões em bônus de assinatura e comprometeram-se a investir mais de US\$ 20 bilhões. Mas a 8ª Rodada, de 2007, interrompida por decisão judicial, ainda não foi concluída. E, terça-feira, em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), foi anunciado que a ANP pediu a retirada de pauta da 11ª Rodada. Explicações vagas foram dadas pelo secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Marcio Zimmermann, de que cerca da metade das áreas que seriam licitadas - no caso, 70 mil km² da Bacia do Solimões, no Amazonas - teria de ser retirada do leilão, porque não foram cumpridos os pré-requisitos ambientais.

Explicação semelhante foi dada pela Aneel para suspender o leilão de energia A-5 (para geração de eletricidade a partir de 2014), sob a alegação de que apenas uma usina, a de Santo Antonio do Jari - de um total de sete projetos de aproveitamento hidrelétrico -, recebeu licença ambiental.

Nos dois casos, as agências reguladoras não fizeram o que lhes compete. Leilões de concessão de áreas de petróleo e gás ou de aproveitamentos hídricos só podem entrar na pauta do CNPE ou ter data marcada para a realização depois de obtida a licença ambiental.

Foi o que explicou, ao pedir demissão do cargo de coordenador-geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Leozildo Tabajara da Silva Benjamin, em entrevista ao Estado de domingo passado. "A condição para ter o leilão é ter primeiro a licença, e já quiseram colocar o leilão na frente da licença", declarou ele, denunciando as pressões recebidas do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para apressar o licenciamento da Usina de Belo Monte.

Se a licença for mal justificada, notou Leozildo, os técnicos correm o risco de sofrer ações judiciais. Por exemplo, o coordenador substituto da área específica de energia "já está com processo movido pelo Ministério Público, que a Justiça acatou", disse ele, explicando: "Esse servidor, que faz parte da equipe de Belo Monte, está respondendo a processo única e exclusivamente porque a procuradoria achou que ele disponibilizou o estudo para a população. O detalhe é que nenhum desses (ministros) que estão se arvorando a dizer o dia em que sai a licença será processado."

Mais importante do que discutir se as exigências ambientais são exorbitantes é impedir que as agências reguladoras transfiram para os órgãos ambientais a responsabilidade pelo atraso dos leilões. Às agências compete criar um ambiente de estabilidade para os investimentos, nacionais e estrangeiros, sobretudo em infraestrutura, onde maiores são as carências que retardam o desenvolvimento econômico do País.

A ANP, por exemplo, terá papel decisivo na aplicação do novo marco regulatório do petróleo, em discussão no Congresso Nacional, num momento em que grandes investidores em petróleo e gás, como a Devon norte-americana, a ENI italiana e, provavelmente, também a Gás Brasileiro espanhola, estão deixando o Brasil. É possível que a fuga de investidores, além de significar mera realocação de portfólio, como interpreta o presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, se deva à falta de segurança regulatória.

Promover leilões de concessão de áreas de petróleo ou de usinas elétricas é responsabilidade das agências. Mas elas não podem deixar de cumprir o dever elementar de só marcar um leilão depois de atendidos os requisitos ambientais.

Sarney empurra reforma do Senado para 2010 (O Estado de SP) 13/12/09

Pressão dos 10 mil servidores fez presidente da Casa adiar mudanças

Leandro Colon, BRASÍLIA

Depois de um ano mergulhado em escândalos, com o ápice na revelação dos atos secretos, o Senado não tirou do papel suas promessas de mudanças. A reforma administrativa prometida pelo presidente José Sarney (PMDB-AP) fracassou. O Senado deve encerrar o ano legislativo de 2009 do jeito que começou: com uma inchada estrutura interna, incluindo dezenas de diretorias, milhares de gratificações e contratos de terceirização de mão de obra sob suspeita.

Pressionado pelos 10 mil funcionários de carreira, comissionados e terceirizados, Sarney - isolado e enfraquecido politicamente após a onda de denúncias contra ele - deixou de lado os discursos de moralização do Senado. A finalização do processo disciplinar contra o ex-diretor-geral Agaciel Maia, apontado como mentor dos atos secretos revelados pelo Estado, ficou para janeiro. Agaciel aposta na amizade com Sarney, padrinho de casamento de sua filha, para evitar a demissão do serviço público.

CONTRATOS

O presidente do Senado e o primeiro-secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), ignoraram, por exemplo, uma auditoria feita em 34 contratos de terceirização que apontou sobrepreços de mais de 30%, falta de projetos básicos, nepotismo e excesso de funcionários. Em vez de realizar novas licitações, o Senado optou por prorrogar os contratos sob suspeita. São mais de R\$ 55 milhões por ano em serviços renovados, sem licitação, até 2010.

Entre esses contratos estão os das empresas Servegel, Aval, Fiança, Adservis e Delta, todos incluídos na relação dos irregulares. Sarney cedeu à pressão de senadores e funcionários para que não houvesse demissões na terceirização, que emprega 3 mil pessoas dentro do Senado, incluindo 280 parentes de servidores de carreira ou confiança.

As únicas mudanças ocorreram em relação a três contratos de vigilância e limpeza, cujas concorrências ocorreram na gestão do ex-presidente Garibaldi Alves (PMDB-RN) após denúncia do Ministério Público de fraudes na disputa.

O diretor-geral, Haroldo Tajra, ex-assessor do senador Efraim Morais (DEM-PB), inclui em seu balanço uma redução de R\$ 150 milhões no orçamento do Senado. Mas, no caso dos funcionários, os privilégios foram mantidos e a folha de pagamento de R\$ 2,1 bilhões permanece intacta.

Na última sexta-feira, Sarney admitiu que não cumprirá sua promessa de votar neste ano uma reforma administrativa. Em fevereiro, ao assumir a presidência do Senado, ele anunciou a contratação da Fundação Getúlio Vargas - por R\$ 250 mil - para mudar a estrutura da Casa. Em agosto, a proposta final ficou pronta, com as sugestões de reduzir as 38 diretorias a apenas sete e de cortar de 3 mil para 800 as gratificações pagas aos servidores de carreira. Foram poupados os 2,8 mil funcionários de confiança.

Quatro meses depois, a reforma empacou. O alto escalão dos servidores de carreira não concordou com a proposta da FGV. Exigiu, em troca do fim das gratificações, a aprovação de um plano de carreira que aumente os salários dos funcionários efetivos. Pelo menos três reuniões foram realizadas entre diretores do Senado e integrantes da FGV. Não houve acordo e a reforma foi adiada.

Chuva forte causa queda de energia e derruba árvores (Correio Popular) **13/12/09**

Moradores de bairros de Campinas e Valinhos ficaram sem eletricidade

A forte chuva que atingiu a região entre as 12h30 e as 13h30 de ontem provocou queda de árvores em Campinas e interrompeu o fornecimento de energia elétrica em bairros da cidade e na região Central de Valinhos.

Segundo a assessoria de imprensa da CPFL Paulista, ocorreram problemas na subestação Andorinhas e faltou energia na região do bairro Carlos Lourenço. Houve ainda queda de eletricidade em bairros como Jardim São Gabriel, Jardim São Vicente, Swift, Parque Prado e áreas próximas. A situação estava normalizada logo após o fim do temporal.

Segundo o Corpo de Bombeiros de Campinas, diversas árvores caíram durante a chuva, sobretudo na região dos bairros Quarto Centenário e Vila João Jorge. Ninguém se feriu.

Na região central, uma árvore de grande porte caiu sobre duas faixas da Avenida Prestes Maia, no sentido Centro-bairro, por volta das 13h. Não houve registro de acidentes ou feridos, mas o trânsito no trecho ficou comprometido por cerca de 40 minutos. Funcionários da Prefeitura removeram tronco e galhos e o fluxo foi restabelecido. (Érica Araium/AAN)

Mercado Aberto (Folha de SP) 12/12/09

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Brasileiro é o que mais defende ação estatal

A população brasileira é a que mais defende a intervenção do governo na economia, segundo pesquisa realizada pela Market Analysis e pela GlobeScan em 27 nações. A média mundial é de 56% de aprovação à ideia -entretanto, no país, 87% se dizem favoráveis a que o Estado interfira no dia-a-dia dos negócios.

A elevada taxa global de apoio à intromissão governamental é resultado da crise que sacudiu o planeta entre o final de 2008 e o início deste ano. Nos EUA, aponta-se a falta de controle sobre as operações realizadas pelos bancos como uma das principais causas do problema.

"As turbulências foram percebidas não apenas como um fenômeno conjuntural, mas acabaram abalando bastante o conceito de livre mercado", diz Fabián Echegaray, diretor da Market Analysis.

De acordo com o levantamento, a maioria dos brasileiros também afirma achar que o Estado deve ter controle direto sobre as principais indústrias nacionais.

Echegaray explica que tal anuência à pesada ação estatal não significa exatamente uma confiança na competência do poder público. "É mais um desejo de deixar que essa instância superior resolva as dificuldades cotidianas. O governo é visto de forma paternalista, como um agente capaz de garantir o bem-estar", comenta o cientista político.

A um traço cultural do país soma-se o sucesso que a atual administração teve em conter os efeitos da crise.

É justamente a diferença de valores o principal motivo para que os povos de localidades que sofreram recessão rejeitem intervenções. Os EUA e o Reino Unido estão entre os que desaprovam a atuação estatal forte. "A crença, lá, é a de que

o progresso depende do esforço individual, enquanto no Brasil acredita-se que é decorrente da ajuda pública", diz Echegaray.

As turbulências foram percebidas não só como fenômeno conjuntural, mas abalaram a ideia de livre mercado. No Brasil, há o desejo de deixar que o governo resolva as dificuldades cotidianas

FABIÁN ECHEGARAY
diretor da Market Analysis

AO TRABALHO

O segmento de móveis para escritórios sofreu em dobro na crise. Além da queda nas vendas do setor em geral, houve um agravante, segundo José Alberto Chiuratto, presidente da Alberflex. "Com as demissões que a crise provocou, além da queda na demanda por móveis de trabalho, surgiu um mercado de produtos usados dessas empresas." O resultado foi um aumento dos estoques, que a Alberflex passou a usar, após o reaquecimento da economia nos últimos meses, como uma linha de pronta entrega. "Agora, com a redução do IPI para móveis, esperamos poder atender o crescimento da demanda", diz. A empresa teve queda de 30% no faturamento no primeiro semestre deste ano, ante o mesmo período de 2008. O segundo semestre apresentou retomada e já superou os números do mesmo intervalo do ano passado.

PÉ NO ACELERADOR

A grande queixa dos usuários de Nextel sempre foi a de que os seus aparelhos eram mais feios do que os celulares comuns. Por saber que a questão da funcionalidade se tornou decisiva, a empresa fará dela um pilar da sua estratégia e promete lançar no começo de 2010 o primeiro modelo "touchscreen". "Trabalhamos para reduzir a lacuna de tendência", diz Sérgio Chaia, presidente da Nextel.

CATAVENTO

O presidente da Abeeólica (Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica), Lauro Fiúza Filho, assume amanhã, em Copenhague, uma vaga no conselho da GWEC (Global Wind Energy Council), entidade que congrega as maiores empresas e associações do setor no mundo. Fiúza também é presidente do Grupo Servtec.

PRIMEIROS PASSOS

A Confederação das Indústrias Dinamarquesas propôs à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) a elaboração de um memorando de entendimento para a cooperação no uso de tecnologias verdes. Dentre os processos que podem interessar aos empresários brasileiros, está o de geração eólica de energia elétrica em larga escala.

com JOANA CUNHA e DENYSE GODOY

Inclusão cresce, mas maioria não tem acesso à internet (Folha de SP) 12/12/09

Uso da rede aumenta, mas 65% da população com mais de dez anos está fora da rede

O "estrepante" na internet mora no Norte/Nordeste do país, tem renda de até um salário mínimo, 27 anos de idade e sete anos de estudo

SAMANTHA LIMA
DA SUCURSAL DO RIO

Graças à expansão da renda e do crédito, o total de brasileiros com acesso à rede mundial de computadores cresceu 75%, passando de 32 milhões para 56 milhões de pessoas em três anos. Apesar do avanço, 104,7 milhões de brasileiros -65,2% de quem tinha mais de dez anos ou 55% da população de 189 milhões- ainda estão excluídos do mundo digital.

Este é retrato que emerge da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), feita pelo IBGE no último trimestre de 2008. Foram ouvidas 391 mil pessoas, com mais de dez anos, que acessaram a rede três meses antes da entrevista. O brasileiro que acaba de descobrir a internet mora no Norte/Nordeste do país, tem renda de até um salário mínimo, 27 anos de idade e sete anos de estudo, acessa de casa ou de LAN house por banda larga e mantém seu perfil no site de relacionamento Orkut para encontrar amigos. Esse é o perfil médio dos 24 milhões de brasileiros que descobriram a internet entre 2005 e 2008.

"O Brasil teve uma evolução fantástica no acesso à internet, que está chegando às pessoas de renda mais baixa, mas, pela quantidade de excluídos, ainda temos um apagão digital. É uma situação crítica, quando se compara com outros países", diz Cimar Azeredo, um dos responsáveis pela Pnad.

O Brasil tem 34,8% da população ligada à rede -eram 21% em 2005. Isso deixa o país melhor do que a média mundial - 25,8%-, mas abaixo de nações sul-americanas, como a Argentina e o Chile, onde cerca de metade da população está conectada.

Houve mudança nas justificativas dos excluídos. Os que alegavam preço alto do computador caíram de 9% para apenas 1,7%. A falta de acesso a computador era problema para 37% dos ouvidos em 2005; agora, 30% têm o problema. Em compensação, os que não acham necessário saber usar a internet passaram de 21% para 33%. "A falta de interesse reflete a falta de educação. O canal mais importante para a inclusão é a educação, a redução da desigualdade", diz Azeredo.

O crescimento do contingente de incluídos foi mais forte no Nordeste e no Norte. Avançou de 12% para 25% e de 12% para 27,5%, respectivamente.

Renda e idade ditam o que o visitante busca na rede. Os sites de bancos são destinos preferenciais de quem tem em média 36 anos e renda de R\$ 1.989. Já os sites de relacionamento e de lazer são o objetivo dos usuários que têm em média 24,8 anos e renda de R\$ 958.

O ex-ministro das Comunicações e sócio da Orion Consultoria Juarez Quadros acredita que a inclusão continuará. "As operadoras móveis se comprometeram com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) a levar o 3G [tecnologia que permite o acesso à internet via celular] a todos os municípios até 2011."

Eletrobrás estuda reabertura de bônus no exterior (Estadão Online 18:24h) 11/12/09

DENISE LUNA - REUTERS

RIO - A Eletrobrás pretende captar 2 bilhões de reais no próximo ano para fazer frente aos investimentos previstos de 7,9 bilhões de reais, informou o diretor financeiro e de Relações com Investidores da estatal, Astrogildo Quental.

Segundo ele, a preferência é por captações em dólar, para criar um hedge natural dos recebíveis que a estatal possui da usina hidrelétrica binacional Itaipu. Assim, a companhia estuda reabrir seu bônus no exterior com vencimento em 2019.

"Pedimos autorização para o Conselho (de Administração) e ele deve resolver isso dia 21", disse o executivo à Reuters, explicando que ainda avalia qual a melhor maneira de captação.

Outra alternativa é o acesso a uma linha cambial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nunca antes usada pela Eletrobrás.

Mais cedo nesta sexta-feira, o IFR --uma publicação da Thomson Reuters-- informou que a Eletrobrás avalia captar 500 milhões de dólares ou mais com a reabertura do bônus no exterior com vencimento em 10 anos.

Segundo o IFR, no momento, os títulos são negociados em cerca de 106,50 a 107,50 por cento de seu valor de face, com rendimento de 6 por cento. A reabertura poderia trazer um yield de 6,25 por cento ou menos.

Quental afirmou que a eventual captação deverá ocorrer apenas em janeiro.

"(O Conselho) autorizando nós vamos decidir qual modelo vamos usar, ou se vamos usar alguns... Tem também os organismos multilaterais, estamos avaliando ainda", reforçou.

Segundo Quental, uma das vantagens da reabertura do bônus seria conseguir condições parecidas com as da captação inicial. "O Tesouro Nacional várias vezes reabriu bônus no exterior, porque mantém as condições", afirmou.

PLD mantém patamar mínimo pela 20ª semana seguida (CanalEnergia) 11/12/09

De acordo com CCEE, preço ficou estável devido às afluições desta semana, que continuam superiores às médias históricas

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgou nesta sexta-feira, 11 de dezembro, o Preço de Liquidação das Diferenças para semana de 12 a 18 de dezembro. Pela vigésima semana seguida, o PLD ficou com o patamar mínimo de R\$ 16,31 por MWh em todas as cargas de todos os submercados. De acordo com a CCEE, a manutenção do PLD mínimo se deve às afluições ocorridas esta semana continuaram sendo superiores às médias históricas.

Confira abaixo os preços da terceira semana de dezembro:

Sudeste/Centro-Oeste: R\$ 16,31 (pesada); R\$ 16,31 (média); e R\$ 16,31 (leve).

Sul: R\$ 16,31 (pesada); R\$ 16,31 (média); e R\$ 16,31 (leve).

Nordeste: R\$ 16,31 (pesada); R\$ 16,31 (média); e R\$ 16,31 (leve).

Norte: R\$ 16,31 (pesada); R\$ 16,31 (média); e R\$ 16,31 (leve).

Abar propõe mudanças no PL das agências reguladoras (*CanalEnergia*) 11/12/09

Expectativa é de que o substitutivo seja votado já no início de 2010, segundo Wanderlino Teixeira Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Associação Brasileira de Agências Reguladoras propôs mudanças ao PL 3.337/04, mais conhecido como Projeto de Lei das Agências Reguladoras. De acordo com o presidente da Abar, Wanderlino Teixeira, três propostas foram apresentadas essa semana no Senado Federal. Segundo ele, a expectativa é de que o projeto seja votado ainda no início do ano que vem.

A primeira das propostas diz respeito a figura do ouvidor. Pelo substitutivo, o ouvidor tem mandato de dois anos e não será subordinado ao Conselho Diretor das agências reguladoras. Ele vai acompanhar o trabalho das reguladoras, produzindo semestralmente um relatório sobre a atuação dos órgãos. "Nós propusemos um mandato de quatro anos e defendemos que o processo de escolha do ouvidor seja o mesmo dos diretores, porque pela lei, o presidente indica o ouvidor e este não precisa passar por sabatina e aprovação do Senado", comentou Teixeira em entrevista à Agência CanalEnergia.

Ele disse ainda que o ouvidor tem que ser tratado em condições de igualdade com os diretores, tanto para admissão como para demissão. "Da forma que está no substitutivo, o presidente da República pode demiti-lo a qualquer momento", disse. Outra questão apresentada pela Abar, segundo ele, é referente a descentralização da regulação e fiscalização das agências federais.

"Do jeito que está no projeto, a agência federal faz a descentralização se quiser. Hoje, várias agências já poderiam estar fazendo essa descentralização, mas somente a Aneel e a ANTT fazem isso, que tem sido considerado um êxito", contou. Para Teixeira, as agências reguladoras deveriam passar a fiscalização para os estados, no caso deles terem condições técnicas e administrativas para realizar o trabalho.

O processo de escolha dos reguladores também foi abordado pela Abar no Senado. "Achamos que no processo de escolha, pode-se ter a sorte de ter reguladores ótimos ou ter o azar de ter reguladores péssimos, então é uma loteria", disse. Por isso, a associação propôs que havendo vaga para uma determinada agência para os cargos de diretor ou ouvidor, essa vaga seria publicada no Diário Oficial da União, com regras e exigências estabelecidas para o cargo.

"A partir daí, as pessoas interessadas se inscreveriam, formando-se processos que seriam encaminhados para a Advocacia Geral da União. A AGU faria uma análise dos currículos apresentados, selecionando os melhores para entrevistas específicas. Dessas entrevistas sairia uma lista sêxtupla que seria remetida ao presidente da República, que dentro desses seis, escolheria um para ser sabatinado aprovado pelo Senado", explicou.

No entanto, de acordo com Teixeira, no geral o projeto está bastante razoável e teve as principais divergências resolvidas. "Persiste ainda a questão da outorga, que ainda não foi resolvida", avaliou. Na legislação atual, a maioria das outorgas de concessão e permissão é dada pelas agências reguladoras, no entanto, o governo quer que a atribuição passe a ser dos ministérios. "O governo não abre mão desse ponto e como não há consenso na Abar sobre o assunto, não apresentamos nenhuma proposta sobre a questão", declarou Teixeira. A nova lei abrange dez agências reguladoras, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Reservatório de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade (*CanalEnergia*) 11/12/09

Nível dos reservatórios do Sul atinge 96,5%, segundo dados do boletim do ONS
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

O nível dos reservatórios do Sul atinge 96,5% do volume acumulado, com baixa de 0,4%, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referente à última quinta-feira, 29 de novembro. A usina de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade armazenada. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 51,7%, com alta de 0,1%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 34,06% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 61,6% do volume, com alta de 0,1%. O índice está 39,7% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 62,50% da capacidade.

Submercado Sul - Os reservatórios atingem 96,5% do volume acumulado, com baixa de 0,4%. O índice está 77,7% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Passo Fundo trabalha com 100% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 71,3% do volume, com alta de 0,4%. O índice está 48,3% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Miranda e Camargos operam com 69,11% e 36,51%, respectivamente.

RJ: cobrança de taxa de iluminação pública é aprovada na Câmara Municipal (CanalEnergia) 11/12/09

De acordo com substitutivo, haverá a inserção de uma taxa extra na conta de luz, que varia de R\$ 2 a R\$ 90 Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro aprovou na última quarta-feira, 9 de dezembro, com 34 votos a favor e 12 contra, o Projeto de Lei nº 1431/2003 de autoria da Prefeitura, que institui a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública (Cosip). De acordo com um substitutivo apresentado pelo vereador Luiz Carlos Ramos (sem partido) haverá a inserção de uma taxa extra na conta de luz, que varia de R\$ 2 a R\$ 90, condizente com o valor da tarifa mensal.

Pelo texto do projeto, os municípios da federação estão autorizados constitucionalmente a instituir a taxa, por isso, a lei passa a valer a partir de março de 2010. A Cosip servirá para cobrir custos, tais como, a iluminação pública de vias e logradouros, instalação, manutenções e melhorias da rede, através de uma arrecadação prevista para R\$ 120 milhões anuais. O projeto de lei será enviado para o prefeito Eduardo Paes para sanção ou veto.

Assembléia Legislativa do Paraná aprova construção de PCH Cavernoso II (CanalEnergia) 11/12/09

Com capacidade mínima instalada de 19 MW, usina poderá atender demanda de uma cidade com aproximadamente 50 mil habitantes Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Paraná aprovou, esta semana,, o projeto de lei que autoriza a construção da pequena central hidrelétrica Cavernoso II. O projeto já tinha tido sua constitucionalidade aprovada por esta comissão e pelas de Ecologia e Meio Ambiente e de Obras, mas recebeu uma emenda em sessão plenária, retornando à comissão.

Localizada no rio Cavernoso, nos municípios paranaenses de Virmond e Candói, a PCH será construída pela Copel Geração e Transmissão. Com capacidade mínima instalada de 19 MW, a usina poderá atender a demanda de uma cidade com aproximadamente 50 mil habitantes. O projeto exigirá um investimento de R\$ 90 milhões e a previsão é que o projeto seja implantado em 24 meses.

Petrobras e Eletrosul recebem suplementação orçamentária de R\$ 1,821 bilhão (CanalEnergia) 11/12/09

Geradora vai usar novos recursos para construção de duas usinas hidrelétricas Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O governo federal liberou R\$ 1,821 bilhão em suplementação orçamentária para Petrobras e Eletrosul. A gigante petrolífera receberá R\$ 1,233 bilhão para realizar, principalmente, atividades de manutenção e modernização de suas instalações, como refinarias e gasodutos. Além disso, a empresa vai investir na implantação da segunda fase da termelétrica Sepé Tiaraju (ex-Canoas), com acréscimo de 90 MW, em ciclo combinado. Esse projeto foi contemplado com R\$ 500 mil.

A Eletrosul vai investir mais R\$ 34,888 milhões nas obras das hidrelétricas São Domingos (48 MW) e São Bernardo (53 MW), incluindo os sistemas de transmissão associados, segundo decreto presidencial publicado na edição do Diário Oficial da União da última quarta-feira, 10 de dezembro.

Eletronorte abre chamada para projetos de P&D (CanalEnergia) 11/12/09

Período de apresentação é de 14 de dezembro deste ano a 29 de janeiro de 2010. Companhia estima investimentos da ordem de R\$ 40 milhões

Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

A Eletronorte abre na próxima segunda-feira, 14 de dezembro, chamada para projetos de pesquisa e desenvolvimento denominada "Sistematização de uma rede corporativa integrada entre diretorias, de gestão antecipada de empreendimentos da Eletronorte". O período para que universidades, instituições de pesquisa, empresas e entidades com expertise no tema apresentem seus projetos vai até o próximo dia 29 de janeiro de 2010.

A companhia estima que os investimentos em projetos no próximo ano seja de R\$ 40 milhões. Em sete ciclos, o programa já acumulou mais de 292 projetos, gerenciados diretamente com investimentos superiores a R\$ 90 milhões.

Os detalhes da chamada estão disponíveis no endereço <http://webserver.eln.gov.br/pdnet/index.asp>. Neste link também é possível efetivar o cadastramento das propostas, bem como fazer o download de documentos e orientações. Esclarecimentos e informações adicionais acerca da chamada deverão ser enviados ao endereço eletrônico pesquisa@eletronorte.gov.br por meio do telefone (61) 3429-5433.

Programa Jovem Aprendiz do Sistema Eletrobrás recebe inscrições neste mês (CanalEnergia) 11/12/09

Serão 138 vagas para estudantes de 14 a 18 anos que estejam cursando ensino médio ou fundamental e residam no município do Rio de Janeiro

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

Eletrobrás, Furnas e Eletronuclear recebem, nos próximos dias 21 e 22 de dezembro, as inscrições para o Programa Jovem Aprendiz do Sistema Eletrobrás. Serão 138 vagas destinadas a estudantes de 14 a 18 anos que estejam cursando o ensino médio ou fundamental e residam no município do Rio de Janeiro. As inscrições serão realizadas no posto de atendimento do Senai, em Laranjeiras, entre 9 horas e 12 horas ou das 13 horas às 16 horas. Os interessados deverão apresentar o documento de identidade, CPF, carteira de trabalho, comprovantes de escolaridade e residência. Os estudantes com necessidades especiais também poderão participar do processo seletivo.

A remuneração do programa é de um salário mínimo, além do auxílio transporte e alimentação e a carga horária é de quatro horas diárias. A avaliação será baseada na análise da documentação e da prova prevista para o próximo dia 1º de fevereiro com questões de Português e Matemática. Os candidatos que forem alunos da rede pública e comprovarem renda familiar de até três salários mínimos terão pontuação extra na classificação. O edital do processo seletivo está disponível no site da Eletrobrás.

Alfredo Sobrinho é o novo diretor-presidente da Celesc-D (CanalEnergia) 11/12/09

Executivo foi empossado em novembro e substituiu Ricardo Alves Rabelo no cargo

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

Alfredo Felipe da Luz Sobrinho assumiu em novembro o cargo de diretor-presidente da Celesc-D (SC). O executivo substituiu Ricardo Alves Rabelo na função. A decisão ocorreu em reunião do conselho de administrativo da companhia no mês passado. A posse ocorreu no último dia 12 de novembro.

SINDICAL

CUT Honduras denuncia golpistas (CUT Nacional) 12/12/09

Escrito por Leonardo Severo, de Montevidéu

Farsa eleitoral, assassinatos, torturas e prisões para tentar conter os protestos

Presente ao encontro promovido em Montevidéu pela Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, o secretário-geral adjunto da CUT de Honduras e dirigente da Frente Nacional de Resistência contra o golpe, José Luis Baquedano denunciou a situação crítica que vive seu país, a onda de estupros, assassinatos, torturas e prisões de opositores, agradeceu a solidariedade do povo e do governo brasileiro e exortou os movimentos sociais da região e aprofundarem o isolamento do regime ditatorial.

Qual a sua análise sobre o momento que passa Honduras?

Em primeiro lugar é importante destacar que vivíamos um momento intenso de transformação com o governo do presidente Manuel Zelaya. Esse processo foi violentamente interrompido pelo golpe de Estado, que uniu toda a elite vende pátria do nosso país. Agora, frente ao isolamento internacional e com o apoio do governo dos Estados Unidos, tentam converter nosso país num laboratório de um novo tipo de golpe. O fato é que houve uma farsa eleitoral, que recebeu a repulsa da grande maioria do nosso povo, com a abstenção chegando aos 65%. Isso apesar da política de terror, da intensa pressão e chantagem feita contra o conjunto da sociedade e, em especial, contra os trabalhadores.

De que forma essa política de terror tem se afirmado?

Como eu havia dito, a abstenção foi bem alta: dos 4 milhões e 700 mil eleitores, compareceram às urnas um pouco mais de um milhão e seiscentos mil. Este é um fato político significativo. Mas existem outros dados, dolorosos, que mostram até onde chegaram os golpistas. Temos 30 companheiros assassinados, mais de 11 mil detidos ilegalmente, três mil torturados, muitas companheiras estupradas, filhos de militantes assassinados ou presos em estádios... Foi com base neste clima que levaram uma parte da população às urnas.

E a Frente de Resistência, como se mantém?

Com o apoio da maioria do nosso povo e a convicção de que estamos lutando pelo país, pelo futuro. Unimos trabalhadores, estudantes, artistas, parlamentares, gente que se opõe ao golpe de Estado e à oligarquia que ri do povo hondurenho, que está brincando com a sua sorte, com o seu futuro. Infelizmente, no momento que mais precisávamos, a ONU e a OEA ficaram só em declarações, mais parecendo um cachorro que ladra mas não morde.

E a situação do presidente Zelaya?

A força e a representatividade do presidente constitucional Manuel Zelaya é o que faz com que seja tão temido pelas elites do nosso país. São criminosos covardes, que chegam a ordenar a militares a morte de filhos de militantes para aterrorizar seus pais. Zelaya, que hoje se encontra exilado, isolado de seu povo dentro da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, estava liderando um processo de transformação e justiça social, de valorização do salário mínimo, de distribuição da riqueza, de democratização...

Como está a questão da liberdade de imprensa?

O que está estabelecido é a censura completa aos meios de comunicação que se opõem aos golpistas e à sua farsa eleitoral. A Rádio Globo foi fechada, o Canal 36 sofreu ataque a bomba e depois foi tirado do ar.

E os EUA na contramão, apoiando os golpistas...

O governo dos EUA e mais cinco países reconheceram o processo espúrio, validando o golpe de Estado: Canadá, Costa Rica, Peru, Colômbia e Panamá. Isso abre um precedente negativo e funesto, por isso deve continuar sendo condenado

energicamente por nossos países e povos. Apesar da censura, o povo hondurenho tem sido informado pela Resistência de que não está só. A solidariedade nos dá ânimo para seguir em frente, até a vitória.

Lançamento dia 19 em SP (CUT Nacional) 12/12/09

Escrito por Leonardo Severo

Livro *IMÓ – Panorama do Pensamento Negro Brasileiro*, reúne artigos de 12 autoras e autores negros

Organizado por Ramatis Jacino e com prefácio de Matilde Ribeiro, ex-ministra da Promoção da Igualdade Racial, será lançado no próximo sábado (19), em São Paulo, o livro “*IMÓ - Panorama do Pensamento Negro Brasileiro*”. A obra, da Neferti Editora, reúne artigos acadêmicos de 12 autoras e autores negros, mestres e doutores, que abordam as várias facetas da questão racial.

O evento acontece a partir das 15 horas. na Casa do Professor, rua Bento Freitas, 71, próximo ao Largo do Arouche.

“Trezentos e cinquenta anos de luta contra a escravidão e cento e vinte e um de combate à discriminação racial, protagonizadas pelo povo negro brasileiro, redundaram em significativas vitórias, em especial nas últimas três décadas. Conquistamos espaços no trabalho, na qualificação profissional, no ensino superior, na presença na mídia (de maneira positiva e não estigmatizada) e mesmo nas instâncias do Estado ; no Parlamento, nos executivos e até no Poder Judiciário. Apesar disso, temos a compreensão que muitos avanços ainda são necessários para que o nosso País possa se transformar, de fato, na tão sonhada ‘democracia racial’, destaca Ramatis Jacino.

Conforme o professor, que além de organizador da obra é dirigente da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), “há algum tempo, pesquisadores negros têm investido na carreira acadêmica a partir da compreensão que a Academia, onde se produz a filosofia e ciência oficiais, não é neutra e pode gerar teorias tanto do ponto de vista das elites como do ponto de vista dos oprimidos que, no nosso País, é composta majoritariamente por afrodescendentes”. Assim, esclarece, “superando a histórica condição de objetos de estudos científicos negras e negros brasileiros resolveram romper essa nova barreira desenvolvendo pesquisas a respeito de si próprios, do povo brasileiro como um todo, dos vários aspectos das ciências humanas, dos códigos e linguagens, das ciências exatas, biomédicas e da filosofia”.

Ramatis lembra que “toda essa produção intelectual, acaba ficando, na maioria das vezes, arquivada nas instituições e não voltam para a sociedade pois nos deparamos com a inacessibilidade às grandes editoras e aos meios de comunicação. A falta de visibilidade desta produção teórica, além de não fazer justiça ao esforço destes pesquisadores, significa uma grave ausência na produção do pensamento no nosso País que, historicamente foi elaborado e publicizado pelas elites”.

“ O livro *IMÓ - Panorama do Pensamento Negro Brasileiro* surge com o propósito de preencher essa lacuna e dar visibilidade a produção teórica de mulheres e homens negros das mais diversas áreas, independentemente se o foco da pesquisa é ou não a questão racial. Pretende, ainda, contribuir com o papel social da Pesquisa, disponibilizando-a à toda sociedade, evitando que seja apropriada e hegemônica apenas por sua elite intelectual”, conclui Ramatis.

Plataforma para a Amazônia (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por CUT Nacional, com informações da Secretaria Nacional do Meio Ambiente

Lideranças das estaduais da CUT discutem propostas de desenvolvimento em evento em Belém

.Reunidos em Belém - PA nos dias 07 e 08 de dezembro, em um encontro promovido pela parceria CUT e DGB, mais de 90 trabalhadores e trabalhadoras de vários estados construíram a Plataforma para o Desenvolvimento na Amazônia. O evento contou na mesa de abertura com a saudação das várias lideranças representantes de todas as CUTs dos estados da Amazônia Legal.

Em seguida, foi apresentado pela assessoria da Comissão Nacional da Amazônia, um Painel resgatando a política, as ações e projetos construídos, desde a sua criação.

Os companheiros e companheiras dos estados puderam refletir e opinar acerca do que têm sido a trajetória de ações promovidas pela Comissão e os novos rumos a serem definidos, a partir da Secretaria de Meio Ambiente, recém criada no 10º CONCUT.

Para Júlio Viana da CUT/MT é preciso viabilizar a Plataforma dos Trabalhadores da Amazônia, constituída por meio dos debates promovidos na região e ampliá-la com outros países. “O planejamento estratégico da Comissão Nacional da Amazônia, construído com participação dos dirigentes das CUTs na região, estabeleceu questões relevantes, que sinalizam alternativas para o desenvolvimento sustentável, afirma ele”.

.Para os participantes, articular o processo de educação ambiental, nos espaços da sociedade, escolas, por exemplo, é estratégico para melhorar a consciência e o significado da questão ambiental na vida das pessoas. Eles defendem que é preciso criar, em especial nos espaços públicos formas e meios de viabilizá-las.

Desenvolvimento Regional

À tarde, a mesa ‘Políticas para o Desenvolvimento Regional’ contou com a presença de Inocêncio Gasparim, da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. A profunda análise de conjuntura considerou os aspectos de trabalho e renda, meio ambiente, biodiversidade e sustentabilidade política econômica e social para a Amazônia.

Gasparim destacou ainda os grandes projetos de infraestrutura previstos para a região e o que está na estratégia de desenvolvimento do país “entraremos o primeiro trimestre de 2010 com alta de empregos que voltaram a crescer substancialmente” afirmou.

Também falou sobre, o Plano Amazônia Sustentável, as obras do PAC e o que o governo tem desenhado por todo o país sobre o polêmico tema das hidrelétricas.

Políticas contra o Desmatamento

O tema do desmatamento na região foi apresentado por Roque Tumolo Neto, analista da Secretaria Executiva de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

O analista fez um resgate histórico desde o início do século XX, conectando realidades do Oriente e do Ocidente. Falou sobre os 10 maiores problemas do mundo e como eles vêm tendo sua ordem de valores invertida, o tema ambiental que estava em último lugar aparece hoje como um dos mais importantes para a humanidade.

Neto apresentou ainda um amplo e detalhado mapa do desmatamento na Amazônia, e suas causas críticas. Nos vários gráficos expostos, apresentou um levantamento dos 264 municípios que mais desmatam no país e o que vem sendo feito pelo Ministério na formulação de políticas destinadas à prevenção e combate a essa prática “os dados comprovam que estamos fazendo a nossa lição de casa”, afirmou ele.

Como alternativa proposta pelo Ministério, Neto falou sobre o CAR (Cadastro Ambiental Rural) visando conter o desmatamento nas áreas rurais, “mudanças nos uso da terra são as que mais contribuem para a redução de emissões, conclui”.

Reflexões e debates

No segundo dia, um filme que apresentava as destruições no mundo globalizado preparou a discussão sobre o tema das hidrelétricas. O documentário exibia as principais desigualdades sociais, a imigração ilegal, a fome, o poder da mídia (com suas distorções e manipulações históricas) as condições de vida em países subdesenvolvidos e a importância da luta das organizações e movimentos sociais para impedir determinadas ações predatórias.

Em seguida, Carmen Regina da direção da Federação dos Urbanitários apresentou o mapa nacional sobre hidrelétricas na Amazônia e trouxe elementos para a reflexão de qual é o desenvolvimento que queremos, com vista à situação dos moradores das comunidades que têm suas vidas transformadas a partir dessa nova realidade.

Carmen Foro, Secretária de Meio Ambiente da CUT e uma das Coordenadoras da Comissão Nacional da Amazônia, disse que a intenção do debate não era definir uma posição, fosse ela favorável ou não. “o que o debate busca é esclarecer e promover o conhecimento dos argumentos favoráveis e contrários à proposta”.

A última apresentação foi feita pela assessoria da Secretaria Nacional de Meio Ambiente, sobre o tema Empregos Verdes, que buscou trazer para conhecimento das lideranças essa nova agenda do movimento sindical internacional e nacional.

Produção de Propostas

.Com um amplo debate realizado nos dois dias do seminário, as lideranças reuniram-se em grupos para definir a formulação da Plataforma da Amazônia, que será parte da Plataforma da Classe Trabalhadora para as eleições e terá seu lançamento em maio de 2010.

Para Carmen Foro, o encontro foi extremamente representativo, pois contou com a presença de quase 100 lideranças de todos os estados da Amazônia Legal. “Eu considero que essa construção conjunta trás os vários olhares dos diversos biomas brasileiros e essa troca de experiências torna o processo muito rico, além de comprometer as lideranças num projeto único, que o torna muito mais fortalecido”, encerra.

Conferência Nacional de Comunicação (CUT Nacional) 11/12/09
Escrito por Leonardo Severo

Conselho Nacional de Comunicação vinculado ao Executivo é uma das propostas da CUT para a CONFECOM

Após um árduo, longo e rico processo de debates construído em parceria pela CUT com as centrais sindicais, movimentos sociais e de luta pela democratização em todo o país, será realizada em Brasília, de 14 a 17 de dezembro, a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

“Desde o primeiro momento, o nosso principal desafio foi romper o cerco de silêncio erguido pelos monopólios de mídia, que tentaram invisibilizar o processo. Mas o debate ganhou o coração da militância e entrou na pauta, afirmando a comunicação como direito humano, que necessita de participação social para que não seja reduzido a um mero negócio”, declarou Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT e membro da Comissão Organizadora da Confecom.

Além do Seminário Nacional da CUT e do realizado em conjunto com as centrais, a SECOM participou de inúmeros eventos nos estados, conseguindo dar fôlego ao tema, que passou a integrar a pauta.

Entre os principais pontos que serão defendidos pela militância cutista na Confecom estão o fortalecimento da rede pública de comunicação, com a regulamentação dos artigos 221, 222, 223 e 224 da Constituição que garantem o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal; e a criação de um fundo público, com recursos previstos no orçamento da União e a taxação das publicidades comerciais, com autonomia de gestão e financiamento.

Segundo Rosane, o novo marco regulatório do setor deverá reformular as leis e normas existentes e elaborar novas, abrangendo o sistema de telefonia, internet, cabo, celular, novas tecnologias e novas formas de comunicação propiciadas pela era digital. “A prevalência da propriedade do capital nacional e o combate à propriedade vertical (domínio do mesmo grupo controlador) e cruzada (o mesmo grupo controlando vários tipos de mídia) são prioridades”.

A implantação de um plano nacional de banda larga gratuita, prestado em regime público através da Telebrás, passa a ter a importância estratégica para a inclusão digital, informação, formação, educação e cultura nacional, afirma a dirigente cutista, sublinhando que, para isso, o país já conta com os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust).

Entre outros pontos elencados como essenciais para o avanço da democracia no segmento, os cutistas defenderão um plano nacional de fortalecimento da radiodifusão comunitária, com a descentralização dos processos de concessão, redução dos prazos de tramitação e zoneamento da radiofrequência para definir o canal e a potência para cada localidade; novos critérios para a distribuição da publicidade oficial, com estímulo à diversidade e à pluralidade informativa por meio do estabelecimento de critérios democráticos e transparentes; rediscutir os critérios para as concessões públicas, com o estabelecimento de mecanismos de participação da sociedade no processo de outorga, renovação e fiscalização das concessões públicas - que hoje é de 15 anos para TVs e de dez anos para as rádios; e a recriação da Embrafilme, para produção de conteúdo nacional, regional ou independente, com garantia de distribuição e comercialização em todos os municípios.

Pelo direito a livre manifestação (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por CUT-DF

CUT-DF divulga nota em repúdio a ação policial em ato pelo impeachment de Arruda

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF) repudia a ação da polícia militar do Distrito Federal e dos soldados do Batalhão de Operações Especiais (Bope) que participaram da cruel ação que feriu e prendeu diversos manifestantes que participavam do ato pelo impeachment do governador do DF, José Roberto Arruda, na última quarta-feira (9).

Munidos com balas de borracha, cachorros, cavalos, cassetetes, sprays de pimenta e bombas de efeito moral, os policiais não permitiram que os manifestantes seguissem em protesto, nem mesmo pela grama, até a rodoviária do Plano Piloto. Com brutalidade, vários manifestantes foram espancados com cassetetes, pisoteados por cavalos e presos. Até mesmo uma menina de 12 anos que acompanhava a irmã mais velha no protesto foi ferida com cassetadas na canela. No momento em que foi ferida, a menina estava na calçada.

Os jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas também foram coagidos. Balas de borracha e sprays de pimenta foram disparados contra os trabalhadores que tentavam registrar a ação truculenta da polícia. Do alto, um helicóptero da polícia, com um de seus homens armados, acompanhava toda a violência do resto do grupo.

Para a CUT-DF, a ação da polícia feriu o direito constitucional dos cidadãos brasileiros de ir e vir e de se manifestarem livremente. A presidente da Central, Rejane Pitanga, chegou a fazer um apelo de cima do carro de som pedindo que a polícia não agisse com violência e afirmando que a função dos policiais era de proteger a sociedade. Entretanto, as palavras foram abafadas pelos artifícios usados pelo grupo armado.

Essa mesma polícia também foi responsável pela morte de uma pessoa, a perda da visão de outras duas e deixou mais de 50 feridos, em 1999, no episódio que recebeu o nome de Massacre da Novacap. Não permitiremos que isso se repita. Não aceitamos que a polícia se torne um agente político de plantão do governo Arruda.

Apoiamos todas as entidades e pessoas que têm capacidade para representar contra o governo do Distrito Federal no Ministério Público ou qualquer outro órgão. Uma nova ditadura não será implantada na sociedade democrática do Brasil. Lutaremos pela garantia de que trabalhadores, estudantes, sindicalistas ou qualquer pessoa da sociedade possa se manifestar contra a corrupção corrente no Distrito Federal sem serem coagidos e feridos.

Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal

Petrobrás (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Imprensa da FUP

Acordo é assinado e petroleiros reafirmam unidade na FUP

A FUP e seus sindicatos assinaram nesta sexta-feira, 11, o Acordo Coletivo de Trabalho do Sistema Petrobrás para o período 2009-2011. Os petroleiros aprovaram em todas as assembleias as conquistas sociais e os ganhos econômicos garantidos pela FUP em uma das campanhas reivindicatórias mais difíceis dos últimos anos. A categoria reconheceu os avanços conquistados e aprovou o Acordo com mais de 70% de aceitação nas assembleias. Em seis estados do país, a aprovação chegou a ser por mais de 90% dos votos. O Acordo foi aprovado também nas bases dos sindicatos dissidentes, cujas direções indicaram a rejeição, mas foram atropeladas pelos trabalhadores. No Rio de Janeiro, por exemplo, o índice de aprovação foi de 90% (veja quadro abaixo).

Os petroleiros, mais uma vez, reafirmaram nas assembleias que a FUP continua sendo a entidade que unifica as lutas da categoria. A unidade em torno dos indicativos da Federação prevaleceu durante toda a campanha reivindicatória, inclusive nas bases dos sindicatos dissidentes. Vivemos um dos movimentos mais contundentes de solidariedade entre os petroleiros. Dos mais antigos aos recém-chegados à Petrobrás, todos os trabalhadores fizeram tremular a mesma bandeira de luta: "Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo". A unidade foi também fundamental para o sucesso das mobilizações surpresa, que foram preponderantes para os avanços obtidos no processo de negociação.

Nas bases dissidentes, os trabalhadores deixaram claro que o projeto político dos divisionistas não interessa a categoria. Por conta da divisão imposta por essas direções sindicais, os trabalhadores tem sido aliados do debate nacional da pauta de reivindicações, entre outras deliberações dos fóruns da FUP, que refletem em toda a categoria.

A Federação é a única entidade que é referência nacional dos petroleiros e assim continuará sendo, pois foi construída coletivamente para unificar as reivindicações e lutas dos trabalhadores, respeitando as deliberações de seus fóruns democráticos. Seja na condução do processo de negociação com a Petrobrás e suas subsidiárias, na construção das greves e mobilizações, na articulação política com os movimentos sociais por uma nova lei do petróleo, a FUP está

sempre à frente das lutas da categoria. Fortalecer a FUP é fortalecer a categoria petroleira na luta por mais e maiores conquistas.

Resultado das assembléias

SINDICATOS DA FUP

Amazonas - 97% de aprovação

Pernambuco/Paraíba - 91% de aprovação

Paraná/Santa Catarina - 90,32% de aprovação

Minas Gerais - 82,51% de aprovação

Duque de Caxias - 82,18% de aprovação

Rio Grande do Norte - 82% de aprovação

Espírito Santo - 75% de aprovação

Unificado São Paulo - 75% de aprovação

Ceará - 70,86% de aprovação

Norte Fluminense - 70% de aprovação

Bahia - 69,31% de aprovação

SINDICATOS DISSIDENTES

Rio de Janeiro - em torno de 90% de aprovação

Pará - 71% de aprovação

Sergipe/Alagoas - 66% de aprovação na ativa

Litoral Paulista - 64% de aprovação

Rio Grande do Sul - em torno de 60% de aprovação

São José dos Campos - o acordo foi rejeitado por diferença de quatro votos

Resultado da mobilização (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Condsef

Servidores do MTE garantem negociação para pauta emergencial

Na maioria dos estados, os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) decidiram suspender o movimento de paralisação que conduziam desde o dia 16 de novembro em quase todo o Brasil. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (10), depois que a categoria conseguiu assegurar condicionantes para retomar o trabalho, incluindo o debate da pauta emergencial do setor sem que nenhum servidor seja penalizado com corte de ponto. O MTE também assegurou que não haverá retaliação política aos servidores. Na próxima quarta, 16, uma nova reunião será realizada e deve discutir a reposição dos dias parados. Nesta quinta, uma audiência pública levou mais de 300 servidores do MTE à Câmara dos Deputados.

Diversos parlamentares declararam apoio ao pleito dos servidores. O deputado Vicentinho informou que enviou um comunicado direto ao presidente Lula, ao ministro Paulo Bernardo e ao ministro Carlos Lupi. No documento o deputado, apoiado por outros parlamentares como Eduardo Valverde, Sandro Mabel e Goreth Pereira, solicita atendimento imediato às demandas do MTE, visto à urgência da situação desfavorável em que os trabalhadores se encontram. Os deputados se comprometeram a seguir intermediando o debate dos trabalhadores junto ao Executivo.

Fórum debate problemas - Os servidores do MTE precisaram de quase um mês lutando para que o governo garantisse a discussão da pauta que inclui a reestruturação emergencial da carreira. Na reunião desta quinta o MTE se comprometeu a realizar um fórum de debates estaduais. O objetivo é levantar os problemas das DRT's por local de trabalho. A partir deste levantamento um debate nacional deve acontecer para apontar as soluções para os problemas detectados.

Na próxima quarta o calendário desses debates deve ser definido.

Uma das idéias que também será debatida está na organização de plantões de 12 horas ininterruptas. A idéia é de que esta nova estrutura possibilite aumento de produtividade e melhora direta na qualidade do atendimento à população. Com os turnos de 12 horas, cada servidor teria carga horária de 6 horas e veria atendida uma de suas principais reivindicações. O MTE assegurou que se verificar que haverá aumento na produtividade e qualidade no atendimento como garantem os servidores esta demanda poderá ser implantada.

A Condsef espera, para a próxima semana, a confirmação de uma reunião com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento para tratar exclusivamente as demandas do MTE. O ciclo de debate com o governo tem previsão de ser concluído no dia 22 de fevereiro. Os servidores aguardam o avanço no processo de negociações. Novas rodadas de assembléias vão avaliar as evoluções do período. Caso não seja verificado qualquer avanço, o processo de mobilização pode ser retomado.

Sindicato dos Bancários de Jundiaí (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Juliana Satie - FETEC-CUT/SP

Chapa CUTista é reeleita para comandar a entidade por mais três anos

Nesta quinta-feira (10) foi realizada a apuração dos votos da eleição da nova direção do Sindicato dos Bancários de Jundiaí. A Chapa 1 da CUT foi reeleita com 98,9% do total de 966 votos. O atual presidente, Paulo Mendonça, ficará à frente da presidência por mais três anos.

"A categoria aprovou o trabalho atual desta direção, dando o maior percentual de votos da história do sindicato para a nossa chapa. Isso nos deixa felizes, mas também, nos dá uma carga ainda maior de responsabilidade. Tenho certeza que não decepcionaremos os bancários e continuaremos defendendo nossos trabalhadores em todos os momentos", afirma Mendonça.

A posse do novo mandato (2010-2013) será no dia 3 de fevereiro.

Denúncia (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Sindicato Químicos Unificados-Campinas, Osasco, Vinhedo

Polícia Militar agride sindicalistas durante assembleia na empresa Nortene, localizada em Barueri

A Polícia Militar de São Paulo agrediu nesta quinta-feira, 10 de novembro, sindicalistas e trabalhadores que realizavam uma assembleia da campanha salarial 2009 na Nortene.

Acionada pela empresa, a PM agiu com truculência desde o principio, tentando encerrar a assembleia e dispersar os trabalhadores, utilizando inclusive spray de pimenta. Foram enviadas 6 viaturas cheias de policiais para atacar o direito dos trabalhadores conversarem com a direção de seu próprio sindicato.

Encabeçados pelo Sargento Osmar, que sacou a arma e apontou para a cabeça de um dirigente sindical, os policiais não quiseram dialogar, e responderam com coronhadas, chutes e pontapés.

Além dos sindicalistas, um trabalhador da empresa, indignado com a situação, foi agredido na cabeça e chegou a desmaiar. Após a confusão, os policiais ainda ameaçaram de prisão os trabalhadores que se dispuseram a testemunhar sobre o ocorrido.

Diversos sindicalistas foram algemados e levados como se fossem criminosos para a delegacia de Alphaville, em Barueri, SP.

A realização da assembleia foi acordada entre o Sindicato Químicos Unificados e a empresa Nortene durante audiência dia 01 de novembro no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Nessa audiência o Sindicato se comprometeu a informar aos trabalhadores sobre as propostas de melhoria das condições de trabalho apresentadas pela empresa.

A Nortene é uma empresa do setor plástico, sediada em no bairro industrial Alphaville, de Barueri, SP, e fica na base da regional Osasco dos Químicos Unificados.

O Sindicato Químicos Unificados repudia a postura da Polícia Militar, que deixa de resguardar os cidadão para agir em defesa de empresas privadas. Empresas que, como no caso da Nortene, não respeitam os direitos daqueles que produzem toda sua riqueza.

Para mais informações:

Chico: (11) 70677091/ Mauro (11) 4198-1387/ Givanildo: (11) 77212240 / Sindicato Químicos Unificados (11) 36085411

Lutas, avanços e conquistas em 2009 (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Sergio Goiana, presidente da CUT-PE

Fazendo um balanço geral do que represen-tou o ano de 2009 para a CUT-PE temos que ressaltar que este foi um ano de mui-tas lutas e conquistas, através de muito traba-lho e determinação. Este ano, nos preparamos para o Dia Internacional da Mulher (08/03), Dia do Trabalhador (01/05) que, sem dúvida alguma, expressaram um resgate histórico da lutas da classe trabalhadora por melhores qualidades de vida e trabalho.

Além disso, organiza-mos caravanas que pudessem colocar os traba-lhadores mais atuantes nas lutas e campanhas que realizamos durante todo o ano. Tivemos os Congressos Estadual e Nacional da CUT e a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, a maior de todas, em que levamos vários trabalhadores à Brasília (DF). Tivemos movimentos de paralisa-ções e greves em alguns momentos, que foram necessários para a defesa dos trabalhadores. Mas, sempre com a Central, fazendo o seu pa-pel de intermediar as relações com o Governo da melhor forma possível, com transparência e responsabilidade.

Avançamos na realização de plenárias pelo interior do estado, a fim de aproximarmos a população interiorana dos trabalhos realizados pela Central e mostrar a todos a importância dessa união entre os tra-balhadores do campo e da cidade. Tivemos de inicio as plenárias de Rio Formoso, Garanhuns e Salgueiro. O objetivo agora é continuar com a expansão, e para 2010 estamos buscando a am-pliação para três áreas: Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Outra questão que marcou a nossa luta em 2009 foi o pré-sal. Nós acredi-tamos que a Petrobras deve ser 100% estatal e que deve continuar fazendo pesquisas que ge-rem recursos voltados para o interesse nacional e que possam ser investidos em saneamento básico, educação, meio ambiente, previdência e saúde. A falta de compromisso do estado, com a sociedade precisa ser vista como um momen-to para lutar em defesa dos trabalhadores e das políticas publicas.

Neste ano também conse-guimos novas filiações. Vamos terminar o ano com praticamente 200 sindicatos filiados. É com essa ideia que mantém a CUT. Nós não filiamos por filiar, todavia, por convicção política que de-fende a luta dos trabalhadores, e que acredita na necessidade de somar as pessoas. Podemos fazer isso, através da nossa Central, dos movi-mentos sociais e dos sindicatos filiados.

Sabemos que 2010 será um ano importantíssimo. Precisamos estar cada vez mais engajados nas lutas sociais, principalmente neste ano de grandes eleições. A CUT-PE acredita que a mudança só e possível com luta, garra, compromisso e as conquistas só chegam com determinação.

A Central Única dos Trabalhadores deseja Fe-liz Natal e Próspero Ano Novo a todos os traba-lhadores (as) que estiveram presentes nas lutas deste ano. Juntos somos fortes. Juntos somos CUT!

Bancários do ABC avaliam proposta orçamentária para 2010 (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Sindicato dos Bancários do ABC

Os funcionários do setor financeiro sindicalizados avaliam em assembleia na próxima quarta-feira (16) a proposta orçamentária do Sindicato para 2010. Será apresentada aos bancários a destinação das verbas e dos investimentos da entidade para o ano que vem.

O secretário de Finanças do Sindicato, Belmiro Moreira, garante que o principal foco dos investimentos para 2010 será a formação e qualificação dos bancários. "O Centro de Formação estará em pleno funcionamento no ano que vem, e a nossa intenção é ministrar diversos cursos que auxiliem a possibilidade de crescimento da carreira dos trabalhadores", explica o diretor.

A Sede Social, localizada no mesmo endereço do Centro de Formação, também auxiliará a categoria, já que as assembleias poderão ser realizadas no local, com mais conforto e melhor localização. Outro objetivo do Sindicato para 2010, segundo Belmiro, é fortalecer as lutas dos bancários para que obtenham mais aumento real e melhoria das condições de trabalho nas agências.

Importância da assembleia - Para Belmiro, é fundamental que os bancários compareçam à assembleia, pois se trata de um assunto que envolve diretamente o cotidiano da categoria. "Os sócios do Sindicato têm um compromisso muito importante discutir, propor e deliberar o orçamento para 2010. A decisão da aplicação dos recursos da entidade em prol da categoria por melhores condições de trabalho e da luta geral dos trabalhadores têm impacto direto para os bancários. Portanto, sua participação é decisiva".

Compareça - A assembleia será realizada no dia 16 de dezembro, às 18h, na sede do Sindicato (Rua Coronel Francisco Amaro, 87, Centro - Santo André).

CUT e PT-SP promovem jantar em solidariedade à deputada Luiza Erundina (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por PT-SP

O Diretório Estadual do PT de São Paulo vai promover na próxima quinta-feira, 17, em conjunto com a CUT-SP, um jantar beneficente em solidariedade à Deputada Federal, Luiza Erundina. Recentemente, a deputada foi condenada a pagar R\$ 352 mil à Justiça por manifestar apoio à greve dos trabalhadores em 1989, na época em que ainda era prefeita de São Paulo.

Essa execução é definitiva e não cabe mais qualquer recurso. Em decorrência da sentença, os bens da deputada estão penhorados - apartamento onde mora em São Paulo, dois carros e 10% do salário como parlamentar. Mesmo assim, seu patrimônio é inferior ao total da dívida.

O jantar ocorrerá no Clube de Regatas Tietê, localizado na Avenida Santos Dumont, Ponte Pequena, em São Paulo, próximo ao metrô Armênia, a partir das 20h00. Os convites devem ser adquiridos no Diretório Estadual do PT ou na sede da CUT, no Brás. Para mais informações, o contato é (11) 2103-1359.

Elektro: Procuradoria Regional do Trabalho agenda audiência para o próximo dia 17 (CUT Nacional) 11/12/09
Escrito por Sinergia CUT

A Procuradoria Regional do Trabalho agendou, a pedido do Sinergia CUT, audiência para a quinta-feira da próxima semana (17), às 10h30, em Campinas.

O Sindicato acionou a Procuradoria devido ao descumprimento da cláusula 28 (gerenciamento de pessoal) ao demitir 26 trabalhadores sem aviso prévio, e também a da cláusula 29, ao anunciar a implantação de reestruturações sem prévia discussão com o Sindicato.

Trabalhadores metalúrgicos recuperam emprego no 3º trimestre (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por G1

Embora com trajetórias de vida diferentes, dois funcionários de uma metalúrgica de Mauá, na Grande São Paulo, têm algo em comum: ambos foram demitidos no fim do ano passado, auge da crise financeira internacional, e recontratados

em outra empresa no terceiro trimestre deste ano, quando a economia brasileira teve recuperação em relação ao trimestre anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, os dois têm a mesma preocupação: embora estejam com a sensação de que a situação econômica melhora, ainda têm receio de perder novamente o emprego.

Jurandir Ronaldo Bolsarin, de 42 anos, é supervisor de qualidade e foi contratado em setembro. No fim do ano passado, por conta da crise, havia sido demitido porque a empresa teve redução drástica nas encomendas. Durante esse período, trabalhou informalmente, com salário menor, em uma outra metalúrgica.

"Fiquei numa situação em que me submeti a trabalhar sem registro. Estava cursando a faculdade e precisava pagar. Além disso, o carteiro continuou entregando as contas", lembra Jurandir, casado e pai de dois meninos gêmeos de 9 anos.

Com a retomada da economia após a crise, Jurandir conseguiu o novo emprego, desta vez com carteira assinada, na metalúrgica de Mauá. Apesar de sentir que a situação econômica de parentes e amigos é melhor, o supervisor de qualidade diz ainda ter receios.

"Meu consumo acabou se retraindo um pouco. Eu não posso comprar muito porque o emprego é novo e o salário é menor do que o de antes. (...) Essa crise pegou muita gente de surpresa e agora sou mais cauteloso. E embora a situação tenha melhorado, com crescimento da produção, a gente continua um pouco apreensivo. Sabe que se der uma dor de barriga nos Estados Unidos, a gente vai sentir os reflexos", afirma Jurandir.

Eduardo Renan Teixeira, de 19 anos, não é casado e ainda não tem filhos. E, ao contrário do colega de trabalho, ainda não precisa sustentar uma casa. No entanto, jovem e com pouca experiência, diz ter a mesma preocupação de Jurandir. "Tenho medo de ser mandado embora, como todo mundo aqui", afirma.

Contratado em julho, o rapaz trabalha na ferramentaria da metalúrgica e diz que percebeu o aumento da produção desde então. No fim do ano passado, trabalhava em uma empresa fabricante de plásticos. A empresa concedeu férias coletivas, mas ele, como outros colegas, acabou sendo dispensado no retorno.

Após reconquistar o emprego, Eduardo conseguiu comprar um carro e diz gastar 60% do salário com prestação - o veículo foi financiado - e manutenção. Agora, o plano é voltar para a faculdade de engenharia, que começou no ano passado, mas precisou abandonar. "Quero ver se dá tudo certo para voltar a estudar em 2010."

Comissão de Igualdade Racial dos Metalúrgicos do ABC lança vídeo "Valeu, Zumbi!" (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

A Comissão de Igualdade Racial dos Metalúrgicos do ABC lança nesta sexta-feira (11) o vídeo Valeu, Zumbi! , que faz uma retrospectiva de suas ações no decorrer deste ano. O lançamento será na Sede, a partir das 18h30. Na sequência, a bailarina Kiusam de Oliveira apresenta o espetáculo Igbá-Iwà. Uma confraternização encerra o evento.

Cláudio Teixeira, o Zuza, coordenador da Comissão, diz que o ano foi especial para as ações de combate ao racismo porque o órgão se abriu mais à sociedade e às entidades regionais do movimento negro, criando uma articulação do segmento em São Bernardo.

Intolerância - "O planejamento deste ano indicava a necessidade de buscarmos outros espaços de atuação e também de abrimos o Sindicato a outras entidades para dar mais legitimidade à nossa luta de combate ao racismo e ao preconceito", atesta.

Legitimidade, segundo Zuza, porque muitas vezes essa luta é incompreendida até por companheiras e companheiros negros. "Muitos de nós não se vê como negro. Quando isso acontece, a pessoa não tem dimensão de como o racismo, o preconceito e a intolerância afetam sua vida", destaca.

Roda de Conversa veio para ficar

A primeira ação no caminho da articulação regional do movimento foi criar o Roda de Conversa. Trata-se de um espaço para o debate sobre os vários aspectos da realidade dos afrodescendentes.

Todo mês, na Sede do Sindicato, personalidades e atividades culturais são realizadas para abordar e debater temas da negritude.

"Acredito que o Roda de Conversa veio pra ficar e já é um evento permanente da agenda do Sindicato", diz o dirigente. Duas exposições também marcaram a agenda da Comissão. Uma foi a que reproduzia uma senzala, com diversos utensílios utilizados pelos negros escravizados e pinturas sobre o modo de vida do povo negro. Outra exposição foi de fotos sobre a vida do negro no final do século 19 e início do 20.

Descendentes - Zuza lembra ainda a participação do Coletivo na 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em abril, e da visita ao quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, em agosto, uma oportunidade de aprendizado até para quem participa da comissão. "É ali que a gente vê como viveu parte dos nossos antepassados e como seus descendentes preservam a cultura da luta pela liberdade", explica.

20 de novembro coroa o ano

As comemorações do Dia da Consciência Negra coroaram todo o esforço da Comissão em ampliar seus espaços de atuação e reconhecimento. Aliás, ao decretar feriado em São Bernardo, a Prefeitura consagrou uma reivindicação de anos de todo o movimento negro.

"A melhor forma de comemormos a data no estilo que ela merece foi juntar poder público e entidades", conta Zuza. Foram ao menos uma dezena de atividades realizadas em conjunto, fato nunca visto na cidade.

"O vídeo faz o regate de tudo isso e dá o devido valor às pessoas, entidades, ações e lutas que começam a se tornar visíveis em nossa caminhada por uma sociedade mais igual", finaliza Zuza.

Coletivo de Saúde da Contraf-CUT debate programa de reabilitação profissional (CUT Nacional) 11/12/09

Escrito por Contraf-CUT

O Coletivo de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT esteve reunido nesta quinta-feira, 10, na sede da confederação, em São Paulo. O principal ponto debatido no encontro foi o Programa de Reabilitação Profissional, conquistado na campanha salarial dos bancários deste ano.

Os trabalhadores discutiram a necessidade de se estabelecerem processos de negociação com cada banco para a implementação do programa, uma vez que, segundo a convenção coletiva, ele é opcional. A secretaria de Saúde da Contraf-CUT assumiu o compromisso de procurar todos os coordenadores das Comissões de Organização dos Empregados (COE) para elaboração de um cronograma de negociação banco a banco para o primeiro semestre de 2010.

"Avaliamos que a cláusula representa um grande avanço, pois depois de sete anos de debate a Fenaban finalmente concordou com nossas condições para inclusão do item na CCT", afirma Plínio Pavão, secretário de Saúde da Contraf-CUT. "No entanto, a efetiva implementação do programa em cada empresa vai depender de nossa capacidade de negociação e mobilização", avalia.

Seminário

Os trabalhadores fizeram também uma avaliação a respeito do seminário sobre o NTPE e o FAP, realizado pela Contraf-CUT nesta quarta-feira, 9, em parceria com a CUT e outras entidades. Todos os participantes consideraram o evento positivo, destacando seu caráter didático.

Para reforçar o processo de apropriação destes conceitos pelos dirigentes sindicais, a secretaria de Saúde recomendou aos dirigentes a leitura das seguintes normas que versam sobre esses temas: Resolução CNPS 1.236/04; Resolução CNPS 1.269/06; MP 316/06; Lei 11.430/06; Decreto 6.042/07; Resoluções CNPS 1.308 e 1.309/09 e Decreto 6.957/09. Todos os instrumentos mencionados estão disponíveis no sítio na Internet do Ministério da previdência <http://www.mpas.gov.br> (no link legislação/sislex) ou <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/>.

Segurança

Também foram passados informes a respeito da reunião do Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, realizada nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, em São Paulo, que debateu o planejamento das ações para a gestão. Entre os destaques, a aprovação pelo coletivo da central da proposta da Contraf-CUT de discutir com o Ministério do Trabalho e Emprego a criação de uma Norma Regulamentadora sobre segurança no ramo financeiro (veja mais aqui).

Além disso, foi aprovada a realização de um ato na Câmara Federal em 28 de abril, "Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho", com a presença dos presidentes das centrais e demais militantes da saúde do trabalhador para encaminhamento da proposta de alteração da Lei 8.213/91.

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br







O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lílian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

